

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS COMUNICAÇÃO E ARTES

GELVANE ANDRADE COSTA FILHO

“A NOVA PELE DA CASCAVÉL”

O movimento neoliberal no Brasil e a fundação do Instituto Liberal de Alagoas em
2015

Maceió – AL
2019

GELVANE ANDRADE COSTA FILHO

“A NOVA PELE DA CASCAVÉL”

O movimento neoliberal no Brasil e a fundação do Instituto Liberal de Alagoas em
2015

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado à Universidade Federal de
Alagoas como requisito parcial para a
obtenção do título de licenciatura em
História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Michelle Reis de
Macedo.

Maceió – AL

2019

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário Responsável: Marcelino de Carvalho

C837n Costa Filho, Gelvane Andrade.
“A nova pele da cascavél” : o movimento neoliberal no Brasil e a fundação do Instituto Liberal de Alagoas em 2015 / Gelvane Andrade Costa Filho. – 2019.
60 f.

Orientadora: Michelle Reis de Macedo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 57-60.

1. Instituto Liberal (AL). 2. Mont Pelerín Society. 3. Neoliberalismo. 4. Movimentos sociais - Alagoas. 5. Institutos de pesquisa. I. Título.

CDU: 330.342.172(813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado
"A nova pele da cascael: o movimento realiber
no Brasil e a fundação do Instituto Liberal de Alagoas"
elaborada(o) por Geovane Andrade Costa Filho
e aprovado por todos os membros da Banca Examinadora com nota 2, cumprindo as exigências para obtenção do título de Licenciatura em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a) Michelle Reis de Macedo
Orientador (a):

Prof.(a) Jaice Queiroz de Lima Silva
1º Examinador (a):

Prof.(a) Anderson de Silva Almeida
2º Examinador (a):

Maceió, Alagoas
11/04/2019

AGRADECIMENTOS

Este trabalho – como sempre costuma ser na trajetória de milhares de estudantes trabalhadores precarizados – é fruto do esforço e renúncia de uma ampla rede de apoio que vai além do graduando que o escreve. Aqui, pretendo contemplar todos os que de alguma forma se envolveram nessa trajetória.

Agradeço prioritariamente a minha mãe, Elienai dos Santos Andrade, que não só em todo o suporte material que precisei esteve aqui, mas também em muitos momentos me veio à mente como estímulo último de todo esse esforço. A vitória que esse trabalho simboliza é uma pessoalmente a mim é um tributo frente à toda a luta que essa pessoa – essa fantástica pessoa! – representa para mim. Não existem palavras aqui passíveis de serem escritas que possam expressar a gratidão e o orgulho em chegar até aqui diante de todos os gigantes caídos nessa caminhada. Eu percorri apenas uma pequena parte dela, pois a maior parte da trilha que me trouxe até aqui pertence a ela.

À minha irmã Claudia Carolina dos Santos Andrade, que se tornou uma segunda mãe a quem presto igual respeito e carinho. O suporte por ela me fornecido não me poderia ser quantificado em qualquer grandeza se não pelo amor que me esforço para retribuir.

À minha companheira Luiza Nascimento Silva e Souza, apoio cotidiano a quem me esforço diariamente a me manter à altura de sua importância para mim. Mantém guardada com ela todas as gotas de suor e lágrimas derramadas nesse caminho, de modo que essa conquista é uma conquista para nós também.

À minha Orientadora Michele Macedo, por toda a paciência desprendida e a todo incentivo fornecido. Foram realmente imprescindíveis as palavras de incentivo e toda orientação aqui contida para a finalização desse trabalho.

A todos os camaradas que me seguraram pelos ombros quando tudo parecia voar pelos ares. Em especial, quero agradecer a Marcus Vinicius, responsável ativamente na finalização desse trabalho com conselhos, apoio técnico, mas também com xícaras de café e boas conversas para tornar essa trilha mais leve. João Carlos de Almeida, companheiro de todas as horas e todas as barricadas a

quem devo grande parte do meu espírito crítico e sensibilidade para enxergar o mundo que queremos mudar. Sempre acreditando em mim, mesmo quando eu mesmo não conseguia. Meu companheiro de apartamento e quase irmão Everaldo Santos Junior, por todos os conselhos, por todo apoio e todas as experiências que dividimos juntos. Ombro a ombro em todas as dificuldades que essa sociedade nos impõe. À Anita Rocha, camarada sempre amada a despeito da distância que se imponha. Seu apoio crítico também nesse trabalho e sua referência dentro e fora do movimento serão sempre lembrados com carinho. À Geice Silva, camarada querida e grande inspiração que levo para a vida. Durante todo esse caminho me forneceu apoio e abrigo de tantas formas que não saberia jamais como retribuir tamanha solidariedade. A honra de tê-la compondo a banca examinadora desse trabalho é impossível traduzir. Renata Vilella, amiga hoje distante, que acompanhou momentos difíceis dessa trajetória. Aqui presente, ainda que descobrindo novas caminhadas no asfalto sempre presente de SP. A Alexandre Lemos, camarada de atuação e de vida, cujo abrigo fornecido em vários momentos dessa caminhada fora de indispensável valor para seguir adiante. Aos amigos de longa data que sempre estiveram presentes: Jessica Leandro, minha amiga mais antiga, sempre voltando nas idas e vindas dessa vida e sempre disponível a ajudar em tudo. André Freitas, um companheiro que irei levar para o caixão não obstante os rumos que a vida tome. Eudes Diogo, grande companheiro que jamais se afastou mesmo com todas as dificuldades. Honrarei sempre vocês em minha caminhada.

Aos companheiros que comigo trabalharam em uma certa empresa de Callcenter, em especial no setor de bagagens de uma certa companhia aérea. Esses camaradas possuem um lugar especial no meu coração e merecem ser mencionados aqui. Erika Soares, com sua sensibilidade e sua empatia com o outro que frustrariam os mais sinceros humanistas. Tassio Leandro e sua sagacidade de raciocínio e companheirismo genuíno, grande companheiro nessa empreitada e inestimável companhia em vários momentos difíceis. Rubens Lucas, o coração da Bagagem, eterno camarada de uma sinceridade e humildade que levarei comigo para toda a caminhada. Juliana Fortunato, a mais experiente entre nós, sempre presente em todos os momentos de alegria e sempre preocupada com o bem-estar de todos ao redor, inclusive o meu. Thamires Rosa e sua força enquanto mulher, mãe e trabalhadora, dona de uma determinação férrea frente as mais duras

dificuldades que o patriarcado impõe nessa sociedade. Anna Laryssa, camarada atenciosa e carinhosa para com todos os colegas. Kleidson Rocha, sempre animando a todos com suas maneiras e piadas. O ambiente ficou muito mais leve com você por perto. Felipe Santos, o grande imitador e eterno mestre da bagagem. Christian e sua narrativa do ambiente de trabalho, participando de todas as gaiatices com um olhar de narrador de clássico de futebol. Roberto Melo, calado e sisudo, mas com um olhar sagaz e crítico para tudo ao redor. Andrey, camarada liberal, que apesar das diferenças ideológicas, sempre se manteve honesto diante do que observa a sua frente. O respeito mútuo, neste caso, foi sim possível. Também os supervisores que incentivaram e tiveram toda a paciência nessa caminhada: Regiane, Lucas Fialho, Myrelly, Mayara, Felipe... obrigado por todo apoio. Cito aqui esses companheiros, tendo em vista o tema desse trabalho. Comigo, esses camaradas conheceram a face suja da ideologia burguesa e sabem muito bem que frases de efeito em nada mudam a dura realidade que vivemos. Todos, cada um à sua maneira, lutam todos os dias para levar adiante essa eterna luta sob as botas do Capital sem jamais perder a alegria durante a caminhada. Essa luta é por nós.

Agradeço também a todos os camaradas de militância que nessa caminhada me ajudaram a forjar minha perspectiva e consciência de classe. Todos os camaradas do “Além do Mito...” e Espaço Socialista, eternas referências de luta, em especial Jessica Bernardo, sua determinação inexorável, Luana Cavalcante, com seu olhar crítico sempre atento, Arthur Bispo, grande referência enquanto intelectual orgânico na luta de classes. Aos camaradas com quem hoje construo junto à Resistência Popular, Jhon Napoleão, Karla Cesário, Barbara Oliveira, Jones Vital entre tantos outros, todos grandes companheiros de barricada no movimento revolucionário. Todos os camaradas do Centro Acadêmico de História em todas as gestões em que construí ativamente.

A todos que direta ou indiretamente me auxiliaram, a todos os professores que exigiram meu melhor, a todos os que de alguma forma me acompanharam. *O mundo é nosso!*

*“Um novo herói irá surgir e se convencer
Que será eterno quando a chuva cair”*

(Dead Fish, “Rei de Açucar”)

RESUMO

Este trabalho busca apresentar um histórico do movimento liberal no Brasil e mais especificamente sua forma mais recente, o neoliberalismo. Ao analisar as condições específicas em que os primeiros intelectuais e partidários da ideologia liberal no país começaram a atuar no século XIX, apresenta-se as características particulares que esse setor assumirá em relação às suas matrizes europeias e norte-americanas sem com isso perder os fundamentos que a configuram enquanto tal. A partir desse histórico, apresenta-se a expressão mais recente da ideologia liberal, o neoliberalismo, suas bases teóricas e sua consolidação enquanto movimento no Brasil e no mundo a partir dos anos de 1980 a partir de uma ampla rede de *Think Tanks* de atuação que formulam e divulgam análises e políticas de orientação liberal. Com as transformações que a realidade política e social brasileira passou durante os últimos anos, uma nova onda de organizações neoliberais surgiu durante a década de 2010. Nesse contexto, será analisado a fundação do Instituto Liberal de Alagoas (ILA), primeira organização liberal de vulto a atuar no estado para além da política parlamentar.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Movimento Neoliberal; *Think Tanks*; ILA; *Mont- Pelerín*.

ABSTRACT

This paper seeks to present a history of the liberal movement in Brazil and more specifically its more recent form, neoliberalism. When analyzing the specific conditions in which the first intellectuals and partisans of the liberal ideology in the country began to act in the nineteenth century, the particular characteristics that this sector will assume in relation to its European and North American matrices without losing the fundamentals which configure it as such. From this historical, the most recent expression of the liberal ideology, neoliberalism, its theoretical bases and its consolidation as movement in Brazil and in the world from the years of 1980 is presented from a wide network of Think Tanks of acting that formulate and disseminate liberal-oriented analyzes and policies. With the transformations that Brazilian political and social reality has undergone during the last years, a new wave of neoliberal organizations emerged during the decade of 2010. In this context, the foundation of the Liberal Institute of Alagoas (ILA), the first liberal organization to act in the state beyond parliamentary politics.

KEYWORDS: Neoliberalism; Neoliberal movement; *Think Tanks*; ILA; *Mont- Pelerin*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A AURORA LIBERAL NO BRASIL IMPÉRIO.....	12
3 O MOVIMENTO NEOLIBERAL NO BRASIL E NO MUNDO.....	25
4 O INSTITUTO LIBERAL ALAGOANO E A SEGUNDA ONDA DO MOVIMENTO NEOLIBERAL	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apresentar a fundação do Instituto Liberal de Alagoas (ILA), sua forma de atuação e seus antecedentes, considerando-a como a primeira organização neoliberal de vulto atuante no Estado. A partir das pesquisas desenvolvidas pelos canais de divulgação da organização, busca-se aqui traçar as suas principais características e as transformações que esse setor que precede sua criação passou para consolidar seu grupo e formar sua tradição. A partir dessa análise, buscamos situar o grupo dentro de um movimento neoliberal já existente e como ele dialoga com essa realidade.

A relevância do estudo desse fenômeno surge da necessidade de entender as transformações dos aspectos da disputa ideológica e dos projetos de sociedade que o Brasil vivencia na atualidade e, de maneira inicial, entender seus antecedentes. Ao tratar de um tema recente como o que tratamos aqui, busca-se contribuir para a compreensão desse setor que possui origens tão distantes e aparentemente estranhas à realidade brasileira. Dessa forma, o resultado das análises paga pelo ônus e o bônus de tentar tecer uma análise histórica desenvolvida no centro da tormenta. Entende-se, contudo, que a experiência desse evento já apresenta uma boa quantidade de elementos que nos possibilita traçar alguns esboços do sentido que esse fato histórico representa.

No primeiro capítulo, apresenta-se um breve debate a respeito de conceitos como ideologia dentro da corrente de análise utilizada nesse trabalho – o materialismo histórico e dialético. A partir dessa apresentação, apresenta-se uma discussão com o texto introdutório de Roberto Schwarz, *As Ideias Fora do Lugar*, em que o autor questiona a autenticidade da ideologia liberal no Brasil durante o século XIX. A partir da exposição das principais teses no trabalho do autor, apresentarei um breve antecedente da conjuntura política e econômica durante o Brasil Império, bem como o exemplo de duas figuras públicas conhecidas na história do Brasil por representarem expressões mais avançadas da proposta econômica burguesa e da ideologia liberal no período. A partir da crítica à obra de Schwarz, buscaremos apresentar os antecedentes da doutrina liberal que servem de referência teórica ao

nosso objeto de estudo e suas principais distinções programáticas com a tradicional corrente teórica que se apresentou no Brasil durante o Império.

O capítulo 2, por sua vez, apresenta as condições históricas que propiciaram o avanço do movimento neoliberal e a conseqüente tomada de assalto que os coloca como principal doutrina econômica adotada pelos governos a partir do final da década de 1970. Esse contexto marca também o desenvolvimento do neoliberalismo enquanto movimento social, sendo o Brasil introduzido em sua trajetória na década seguinte. Serão apresentadas as principais características que esse movimento irá assumir no Brasil em seus primeiros anos de atuação que servirá de modelo para as demais experiências que surgirão no país.

O terceiro e último capítulo tratará da análise de nosso tema central propriamente dito: o ILA e o movimento neoliberal em Alagoas na década de 2010. A partir da pesquisa entre os canais de diálogo dessas organizações, pretendemos traçar uma trajetória particular desse movimento, sua atuação, a composição de sua base social, seu espectro de alianças e seus altos e baixos. Essa investigação ajudará a compreender as especificidades dessa e de outras organizações com modelos semelhantes que estouraram no mesmo período, sendo o próprio ILA resultado do esforço militante de algumas dessas organizações. Essas, no que foi possível constatar a partir dos resultados da pesquisa, representam uma segunda onda do movimento neoliberal no país e dessa forma possuem características natas desse período.

Por fim, concluímos o trabalho oferecendo uma breve hipótese a partir dos resultados das pesquisas a respeito do sentido que possuiu o surgimento do ILA e organizações aparentadas. Entendendo o momento histórico de sua formação como um momento marcado por uma profunda crise de alternativas políticas que causaram a instabilidade social favorável ao debate de surgimento de novas propostas. Ainda que o movimento neoliberal não surja como única alternativa frente a tantas outras que se colocaram em disputa nesse cenário, visualizo que o novo fôlego experimentado pelas organizações neoliberais no Brasil durante esse período teve uma forte influência desse momento de instabilidade política e social representado pelas mobilizações de junho de 2013 e a crise ideológica que sucedeu o evento.

2 A AURORA LIBERAL NO BRASIL IMPÉRIO

Iniciaremos nossa investigação apresentando uma discussão a respeito de algumas questões importantes para a compreensão do nosso objeto de estudo. Ainda que os debates a respeito de um liberalismo genuinamente brasileiro já tenham avançado bastante na historiografia e entre outras áreas de pesquisa, é interessante resgatar esse debate para entender a especificidade alagoana, tendo em vista o profundo atraso social e econômico do estado frente ao País. Trata-se aqui de buscar uma melhor compreensão das condições em que repousam ou não uma tradição ideológica liberal atuante ou mesmo um resgate de suas possíveis referências. Vale ressaltar que, apesar de entendermos o desenvolvimento da ideologia liberal como um processo histórico, nosso objeto de análise circunscreve-se em um período muito específico desse desenvolvimento no Brasil e no mundo, evidentemente distante do período no qual se daria o centro do debate já maduro sobre o tema, que seria no Império ao longo do século XIX. Contudo, para uma melhor compreensão até mesmo desse setor, cabe uma breve apresentação desta que seria a base para uma tradição liberal efetivamente local.

Antes de mais nada, tenho em vista que o trabalho desenvolvido aqui trata de ideologias políticas e, como tal, apresenta uma série de cuidados a serem tomados. Ao conceber essa categoria de análise, levo em conta as formulações do materialismo histórico e dialético no que diz respeito à sua concepção. Dessa forma, a ideologia aqui é compreendida como uma determinada forma de representação do real que parte das relações dos sujeitos envolvidos no processo produtivo da sociedade de modo a compreendê-lo:

A principal mediação que age sobre a consciência reificada é a ideologia. E ideologia não é só um conjunto de ideias, mas, na concepção marxiana, as relações sociais de produção concebidas como ideias, a forma ideal das relações que fazem de uma classe a classe dominante e que tem a função de garantir uma ordem que permita a reprodução dessas relações.¹

A conformação de um produto ideológico, para Marx, nasce do próprio processo produtivo e, dessa forma, no intercâmbio entre os sujeitos na reprodução de sua forma de vida. Seria desse intercâmbio que surgiriam as representações que

¹ IASI, 2013, p 43.

permitem conceber a realidade, possuindo dessa forma uma relação de reciprocidade entre a ideologia e o desenvolvimento da forma de produção. Toda a concepção de sociedade derivaria desse processo de interdependência que se forja na reprodução da sociedade. Marx aborda essa relação entre a ideologia e a forma de produção em sua crítica aos filósofos alemães ao apresentar os pressupostos nos quais repousam sua crítica:

Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.²

Partindo dessas formulações, entende-se que para tecer uma análise de qualquer produto ideológico ou atividade de determinado grupo humano, deve-se entender as condições de produção nas quais esses sujeitos atuam e que lhes são legadas. Dessa forma, uma ideologia ou uma doutrina ideológica devem ser compreendidas nas condições materiais (e históricas) nas quais são gestadas. As expressões objetivas dessas doutrinas, os grupos políticos que se formam a partir dessas ideologias e suas práticas, são compreendidos aqui partindo do plano de sua realidade material e as condições nas quais atuam.

É importante colocar que o debate acerca do desenvolvimento de uma corrente ideológica deve sempre levar em consideração algumas precauções para que se dê de forma consequente. No que diz respeito à historiografia, passa pela necessidade de pontuar não somente os fundamentos nos quais repousam suas proposições, mas também suas transformações ao longo do tempo. Essas transformações, por sua vez, não necessariamente representam um abandono dos pressupostos ou “raízes” que sustentam uma doutrina, mas podem evidenciar a necessidade que determinado agrupamento enfrenta ao longo de sua trajetória de atuação. Entende-se aqui esse processo de avanços e recuos como seu próprio desenvolvimento enquanto confrontação com o real e adaptação frente a ele.

² MARX; ENGELS, 2007, p 87.

Entendo a necessidade de demarcar essas concepções tendo em vista o tema que tratamos aqui. Ao tratar de movimentos sociais, a discussão acerca da ideologia se faz necessária para compreender não somente seu alcance e suas motivações, mas também suas contradições, suas possibilidades e suas demandas concretas. O liberalismo no Brasil, de fato, possui um caráter contraditório no momento em que suas principais referências passam a se organizar. Roberto Schwarz trata dessas contradições em seu texto “*As Ideias Fora do Lugar*”. No texto, o autor expõe as contradições que a ideologia liberal apresenta diante da realidade econômica brasileira:

Cada um a seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do liberalismo europeu. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas ideias em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil são referências para todos. Sumariamente está montada uma comédia ideológica, diferente da europeia. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original.³

Para o autor, diante das contradições do escravismo brasileiro, as ideias liberais, como o título do texto sugere, estariam *fora do lugar*. A lógica de livre comércio, trabalho assalariado e universalização dos direitos não encontrariam aqui nenhuma reverberação concreta, tendo em vista os traços da economia local. Nesse caso, faltariam qualquer base material que trouxesse alguma legitimidade para as ideias liberais no País. Esse descompasso entre a ideologia e a realidade social no Brasil lhe conferiria o caráter alienígena do liberalismo no País.

Seria fácil deduzir o sistema de seus contrassensos, todos verdadeiros, muitos dos quais agitaram a consciência teórica e moral de nosso século XIX. Já vimos uma coleção deles. No entanto, estas dificuldades permaneciam curiosamente inessenciais. O teste da realidade não parecia importante. É como se coerência e generalidade não pesassem muito, ou como se a esfera da cultura ocupasse uma posição alterada, cujos critérios fossem outros, mas outros em relação a quê? Por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das ideias liberais; o que, entretanto, é menos que orientar-lhes o movimento. Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexos efetivo da vida ideológica.⁴

Para Schwarz, o setor da sociedade no qual a ideologia liberal ganharia eco seria entre os intelectuais compostos por homens livres que mantinham uma relação

³ SCHWARZ, 1992, p 2.

⁴ Ibidem, p 4.

de dependência com as elites agrárias conservadoras. Não somente a comunidade intelectual do Império estaria atrelada a essa relação de dependência material às elites latifundiárias – relação essa que o autor caracteriza como *favor* – mas também todas as outras parcelas de homens livres que compunham esse setor heterogêneo (SCHWARZ, 1992, p.4-5). No texto, o autor visa apresentar um panorama histórico no qual pretende analisar a obra de Machado de Assis enquanto expressão dessa intelectualidade parasitária que se pretende progressista em seu discurso, porém mantém íntima relação com as elites conservadoras tanto em sua relação de dependência material como *homem livre* quanto na vida pública:

Também a vida de Machado de Assis é um exemplo, na qual se sucedem rapidamente o jornalista combativo, entusiasta das inteligências proletárias, das classes ínfimas, autor de crônicas e quadrinhas comemorativas, por ocasião do casamento das princesas imperiais, e finalmente o Cavaleiro e mais tarde Oficial da Ordem da Rosa.⁵

De fato, essas contradições se impunham à realidade brasileira no que diz respeito a sua vida intelectual e sua forma de produção interna. Sérgio Buarque de Holanda também menciona esse descompasso entre a estrutura política e ideológica do país em *Raízes do Brasil* quando menciona as mudanças comportamentais na vida pública do Império, nas quais repousaria o espírito da modernização advindo com a independência:

Esse caráter puramente exterior, epidérmico, de numerosas agitações ocorridas entre nós durante os anos que antecederam e sucederam à Independência, mostra o quanto era difícil ultrapassarem-se os limites que à nossa vida política tinham traçado certas condições específicas geradas pela colonização portuguesa. Um dos efeitos da improvisação quase forçada de uma espécie de burguesia urbana no Brasil está em certas atitudes peculiares, até então, ao patriciado rural logo se tornaram comuns a todas as classes como norma ideal de conduta. Estereotipada por longos anos de vida rural, a mentalidade da casa-grande invadiu assim as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão das mais humildes.⁶

Esse descompasso em relação à forma de produção escravista e decadente que se arrasta no Império, contudo, merece uma melhor apreciação para uma compreensão clara de sua realidade ideológica. De fato, o escravismo ainda se apresentava como uma dura realidade que frustrava um projeto de sociedade que se assentasse nos princípios da liberdade individual e de Mercado. Apesar disso, é necessário entender esse período conturbado como uma ruptura e conseqüente choque do Antigo Regime. Tal como uma transição desse calibre costuma se dar,

⁵ SCHWARZ, 1992, p 11.

⁶ HOLANDA, 1995, p 87.

seu caminho foi pavimentado por contradições, ou seja, não se pode tomar um processo histórico a partir de uma linearidade isenta de contrassensos, mas como um processo particular inscrito em uma totalidade.

A crise do Antigo Regime se arrasta desde o século XVII. Com as conturbações nas relações políticas na Europa, as bases do antigo modo de produção servil que sustentaram o Império Ultramarino português também foram fragilizadas. Tudo isso se deu de uma forma muito dinâmica entre as relações que mantiveram esses dois lados da relação colonial, ainda que não se restringissem a eles. Caio Prado Jr. evidencia as tendências históricas que descarrilam nesse processo:

Será pelo favor de circunstâncias internacionais que este sistema de restrições cairá por terra; a começar pelo monopólio do comércio externo que é abolido em virtude de circunstâncias quase fortuitas. Mas, iniciada por aí a desagregação do regime colonial, o resto não tardará. Será toda a estrutura que nos vinha de três séculos de formação colonial que é abalada: depois do monopólio do comércio externo e dos demais privilégios econômicos, virão os privilégios políticos e sociais, os quadros administrativos e jurídicos do país. Mais profundamente ainda, será abalada a própria estrutura tradicional de classes e mesmo o regime servil.⁷

Diante dessas circunstâncias conjunturais nas quais se seguem meados do século XVIII e todo o século XIX, é possível perceber que se trata de uma transição histórica que irá perpassar todas as esferas da vida brasileira. De certo, no campo ideológico, houve (como sempre há) uma disputa que representou os conflitos vivenciados por esse período de transição. Mas é evidente que as condições materiais pelas quais repousam a produção no país, se não se revolucionam estruturalmente de forma completa, alteram-se profundamente e lhe redirecionam o sentido. Com a entrada em cena do avassalador poderio industrial e político britânico após a Revolução Industrial e a debandada da Coroa portuguesa para sua proteção durante as Guerras Napoleônicas, entrou em declínio o antigo Pacto Colonial. Não se trata de negar que o caráter servil da produção brasileira se manteve após o fim do Pacto e a partir da Independência. Na verdade, o jugo britânico não se mostrou menos restritivo em sua forma, sobretudo por intervenção do capital financeiro, que custeou os grandes empreendimentos e a própria independência brasileira. Porém, a máquina a vapor do imperialismo impôs novas regras para o jogo econômico e, assim como a forma de produção passou a mudar no país, também as disputas ideológicas passaram por uma reconfiguração.

⁷ PRADO JR., 1994, p 126.

Foge aos limites desse trabalho nos debruçar sobre todos os efeitos que a derrocada do poderio português impôs à realidade brasileira e a ascensão do poderio industrial britânico. No que tange ao nosso tema, a existência de uma ideologia liberal ou grupo político que reivindique essa tradição, podemos perceber que este momento propiciou o surgimento de personalidades que, dialogando com a realidade de seu tempo, surgem como expressão dessa disputa dos rumos desses novos tempos.

Em referência às transformações no campo econômico, a figura de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, desponta como a mais ousada tentativa de uma projeção industrial burguesa no Império. A empreitada que o industrial levou a cabo foi responsável por parte dos empreendimentos mais expressivos do período. Não possuindo uma origem atrelada às elites agrárias locais, o Barão de Mauá apoia-se no auxílio do capital britânico para construir seu império:

Irineu não era latifundiário nem pertencia à aristocracia rural; era somente um jovem letrado que paulatinamente desvela as sutilezas e artimanhas do capital – primeiro na casa de Pereira Almeida e, posteriormente, na casa comercial Carruthers & Cia. Não foi pela habilidade de manejar a esgrima das ciências contábeis e das grandes creditícias que ascendeu ao posto de homem mais rico do Brasil, mas graças ao auxílio de Carruthers, que ao retornar ao seu país de origem (Escócia) deixou seus negócios sob os cuidados administrativos do jovem Irineu (1835). Este demonstrava conhecimento dos teóricos da economia política (Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Jeremy Bentham etc.) e habilidade para os negócios administrativos da empresa. Depois de visitar a Inglaterra, em 1840, Irineu Evangelista consegue se transformar em sócio da empresa Carruthers, De Castro & Cia. (os proprietários eram Carruthers e Reynell de Castro) que captava recursos no mercado inglês com juros baixos.⁸

Os impactos do grande império de Irineu irão ensaiar os passos do processo de industrialização brasileira que começa a se delinear: frágil e parasitário. Contudo, o capital industrial encontrou no Barão de Mauá o momento e a figura adequados para o seu desenvolvimento no país. Com o seu sucesso enquanto empresário, Mauá ensaiou o que viria a ser a inclusão da mão de obra especializada em suas indústrias, correspondendo a essa forma de produção já em avanço na Europa:

Os escravos – carpinteiros, fundidores, calafates, modeladores e maquinistas – não foram descartados do processo produtivo, mas lentamente ocuparão um papel secundário, pois os percentuais da força de qualificada do imigrante europeu serão crescentes. Além de importar força de trabalho, a empresa de Irineu precisou importar maquinário e matéria-prima como ferro e carvão. Essa fábrica começou produzindo canos de

⁸ SANTOS NETO, 2015, p 163.

ferro, cadinhos, tornos, guindastes, molinetes, peças para os engenhos, sinos para as igrejas, máquinas de serrar, pregos, ferramentas, etc.⁹

Sempre contando com o apoio do capital britânico, Mauá foi responsável por financiar a guerra contra o Paraguai e no processo alavancar o desenvolvimento industrial também no Uruguai¹⁰. Contudo, o declínio de seu império veio à tona tão logo se mostrou de não mais valia para o imperialismo Inglês. Com o fim da guerra, veio também a crise de seus empreendimentos que são vendidos um a um para saldar as dívidas que se acumularam em sua aventura. Dessa forma, a contribuição de Mauá para o processo de industrialização brasileiro veio acompanhado também da consolidação do caráter dependente desse processo:

Mauá serviu como elemento fundamental para sustentar a pesada e onerosa máquina de guerra brasileira que enfrentou um exército paraguaio formado principalmente por crianças. Ao final do conflito, a economia paraguaia foi completamente destruída e suas terras e indústrias entregues ao capital inglês, passando o país à condição de satélite dos interesses imperialistas pela mediação do subimperialismo brasileiro. Desde então, o país jamais se libertou da colonização e do processo de endividamento crescente de sua economia, iniciada com a tributação imposta pela pesada dívida de guerra. A Tríplice Aliança não passou de uma jogada política para encobrir o verdadeiro sujeito de todo o processo: o imperialismo inglês.¹¹

O Barão de Mauá, com sua carreira meteórica e sua derrocada, foi um exemplo das possibilidades que a transição do Antigo Regime propiciou na esfera produtiva. Ainda que se trate de um exemplo ousado que não irá ser replicado em outras experiências durante o período, este personagem não se realizaria caso não existisse uma conjuntura propícia à suas potencialidades. De fato, a economia capitalista em sua fase imperialista criou as condições materiais para profundas transformações em todas as esferas da sociedade. No que diz respeito ao campo da ideologia, teremos também exemplos de figuras que adotaram os ideais que melhor corroboram com o mundo à imagem e semelhança de uma nova classe dominante.

Para exemplificar esse aspecto das transformações pelo qual esse período passou, o intelectual e político alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos traz boas reflexões para o tema que trataremos nesse trabalho. Tavares Bastos representa um setor da sociedade comprometido com as mudanças sociais

⁹ Ibidem, p 164.

¹⁰ Para mais informações sobre a influência da guerra no processo de industrialização do Uruguai, cf SANTOS NETO, 2015.

¹¹ SANTOS NETO, 2015, p 175.

necessárias para direcionar os rumos do Brasil recém independente no caminho de uma sociedade liberal.

Tavares Bastos foi possivelmente um dos mais lúcidos autores do Império (diga-se que com erudição muito acima de qualquer autor conservador da época), praticamente inaugurando o liberalismo no país, sendo um autor só comparável à época a um intelectual do porte de Joaquim Nabuco.¹²

Formado na Academia de Direito do Largo São Francisco no Rio de Janeiro, Tavares Bastos se propôs a analisar a sociedade imperial brasileira em suas principais necessidades em relação a um projeto de sociedade liberal. No que diz respeito às pautas que surgem como principal preocupação de sua produção, o autor se debruça sobretudo em relação à descentralização do Estado para criar as condições institucionais favoráveis à consolidação de uma sociedade liberal. Esse tema será tratado em sua principal obra, *A Província*, e partirá de uma análise a respeito do caráter parasitário do aparato burocrático ibérico do qual o Brasil seria herdeiro.

Em oposição aos conservadores, que entendiam como sendo de ordem “cultural” o problema central do Brasil, Tavares Bastos o tinha como questão institucional, calcada na herança absolutista do Estado português, sério impedimento às manifestações individuais. Nesse tipo de reforma residiria, aliás, o fundamental das propostas liberais do autor. Conforme entendia ele, ao privilegiar o governo em detrimento dos indivíduos (dos quais deveria emanar as transformações sociais), a centralização remava em direção totalmente contrária às instituições democráticas, sufocando a autonomia dos municípios e províncias.¹³

Sendo este um dos temas que apresentou grande mobilização nas disputas políticas do Império, Tavares Bastos entrou num debate com outros autores e intelectuais conservadores que visualizavam a centralização da estrutura administrativa do Império como uma necessidade para dialogar com o atraso social e político que se impunha naquele momento. Entre esses, o Visconde de Uruguai e Oliveira Vianna apresentavam um contraponto em suas análises sobre o “perigo” da descentralização do Império.

Apesar do tom progressista no discurso de Tavares Bastos, é importante compreendê-lo em sua trajetória pessoal. A princípio aliado de um setor conservador entre os liberais, no final de sua carreira, quando escreve seu trabalho mais maduro citado acima, o autor já se encontrava num momento de renovação da ala liberal da

¹² BONFIM, 2016, p 11.

¹³ BONFIM, 2016, p 12.

qual passou a se aproximar. Seus escritos em *A Província* já refletiam um amadurecimento do pensamento de Tavares Bastos nessa corrente de pensamento, sendo a expressão mais radical de sua obra.

Nesse último texto, Bastos demonstrou uma estratégia semelhante à adotada em seu panfleto de estréia, *Os males do presente e as esperanças do futuro*: defendeu propostas que viessem a atrair os liberais para a aliança com seu grupo. Entretanto, vivendo agora em novas circunstâncias, definidas pelo esfarrapamento da liga, o autor pensava em uma aliança que incorporasse o maior número possível de propostas liberais. Por isso, nesse novo momento, interpretou a história do Império de uma maneira totalmente diferente da que expusera em seu panfleto de 1861. Bastos construiu uma releitura do passado, em que as reformas liberais da década de 1830 foram vistas de um modo positivo, e de modo negativo foram consideradas as da década de 1840, promovidas pela 'reação' conservadora.¹⁴

A ênfase na reforma da administração do Estado como via para a superação do atraso social que o Brasil vivenciava naquele momento evidencia a confiança de Tavares Bastos de que tais mudanças se dariam “de cima para baixo”. A descentralização do poder do Estado e a autonomia que as províncias e municípios viriam a assumir em relação ao Poder Moderador seriam as bases que possibilitariam a essas unidades administrativas a educação da população no sentido amadurecer sua consciência em torno de uma sociedade livre. Esse aspecto da política descentralizadora na obra de Tavares Bastos reflete a influência das formulações de Tocqueville em sua produção.

A importância da obra de Tavares Bastos e sua atuação política na Liga Progressista e reconfiguração do Partido Liberal, bem como seus debates com autores conservadores de seu tempo, demonstravam o amadurecimento das disputas ideológicas no país durante o século XIX. Ainda que o autor não colocasse em discussão a dissolução da monarquia, sua proposta de descentralização administrativa do Estado e a teorização de suas consequências no programa desenvolvido por ele caracterizavam seu compromisso ideológico com os ideias do liberalismo dentro dos limites de seu tempo. Dialogando com as condições materiais e históricas que lhe são legadas, Tavares Bastos representa um setor que se lança a essa disputa ainda que numa conjuntura em que se apresentavam enquanto grupo

¹⁴ ABREU, 2004, p 339.

minoritário nesse embate, porém proporcionando profundas influências na história do pensamento econômico e ideológico brasileiro.

Os exemplos de Barão de Mauá e Tavares Bastos, cada qual a sua maneira, servem aqui para oferecer um contraponto a perspectiva de que as condições materiais durante o Império inviabilizariam experiências que refletissem uma transformação na perspectiva de classe burguesa para o Brasil, como afirma Schwarz. Ainda que suas empreitadas não pusessem em cheque o caráter parasitário e servil que o país assumia em relação às grandes potências industriais, seja economicamente ou ideologicamente, ambos surgiram como expressões de uma realidade social contraditória, sim, porém particular, porque histórica. Não entendo essas experiências como deslocadas da realidade brasileira por entender esta mesma realidade como parte de uma totalidade do modo de produção capitalista como se desenvolveu até este momento no mundo. Assim como a economia apresenta transformações nesse período que colocam diferentes regras na mesa, também os reflexos das disputas ideológicas que estavam postas se apresentaram dentro de suas particularidades. Se para os liberais revolucionários estadunidenses a cascavel lhes serviu de símbolo, podemos dizer que o liberalismo brasileiro do Império – para nós genuíno e existente – lhes serviria uma cobra coral: de espécie e cores diferentes, porém pertencentes à mesma ordem ideológica.

Ao remontar a esses exemplos nesse trabalho visa-se investigar a existência de um pensamento liberal no Brasil – e, no caso de Tavares Bastos, em Alagoas – durante seu desenvolvimento até o século XIX. Contudo, a trajetória do pensamento liberal possui diversas conformações e particularidades em diversos locais onde se desenvolveu. Ao tratar do tema deste trabalho, entendemos a necessidade de resgatar os antecedentes dessa tradição política na esfera local. Essa expressão serve para dimensionar os contornos políticos que esses grupos e intelectuais apresentaram.

Ainda assim, a corrente ideológica que se busca estudar nesse trabalho possui uma origem distinta das correntes liberais identificadas no liberalismo clássico e suas expressões no Brasil Império discutidas até este ponto. A corrente teórica do liberalismo que vai tomar a cena de assalto no final do século XX possui uma origem bastante distinta que remonta a finais do século XIX. Trata-se do neoliberalismo desenvolvido sobretudo entre os intelectuais da Escola Austríaca de Economia

Política. Esse grupo foi responsável por fazer a releitura dos clássicos que deu origem à doutrina que atualmente encontra sua expressão prática mais avançada.

Carl Menger e Eugene Böhm-Bawerk seriam os percussores do que viria a se tornar a Escola Austríaca. Ambos foram professores na Universidade de Viena e desenvolveram as críticas aos clássicos que viriam a servir de fundamentos para a doutrina neoliberal. A espinha dorsal da crítica desses autores seria a centralidade da subjetividade na definição das relações de mercado. A partir da *teoria marginal do valor subjetivo*, Menger desenvolveu uma crítica aos liberais clássicos e das teorias socialistas, encaradas aqui como um desdobramento das formulações daqueles liberais.

Toda a base da teoria econômica da Escola Austríaca é uma crítica à “economia clássica” de David Ricardo e John Stuart Mill e de seus desdobramentos marxistas. Segundo Rothbard (1988), a falha fundamental da escola clássica foi tentar realizar a análise da economia com base em “classes” e não em ações de indivíduos (como fez Menger). Os clássicos não incorporavam em sua análise do valor e do preço as ações dos indivíduos no mercado e as suas motivações subjetivas para comprar ou não comprar um bem. Essa “falha”, segundo os liberais, explica por que, por exemplo, o valor do pão, uma mercadoria extremamente “útil”, é tão inferior ao valor do diamante, um artigo de luxo, sem utilidade, mas extremamente valorizado no mercado. Para os clássicos, a explicação estava em que o pão tinha valor de uso superior aos diamantes, mas, por razões que, segundo os liberais, os clássicos não conseguiam explicar, tinha menor valor de troca.¹⁵

Essas formulações foram aprofundadas por Ludwig von Mises, economista também formado na Universidade de Viena, e Friederich Hayek, aluno de Mises. Esses teóricos foram responsáveis, no século XX, por desenvolver as principais obras que deram forma ao neoliberalismo contemporâneo. Os temas recorrentes dessas obras foram os efeitos nocivos da intervenção do Estado na economia, releituras dos teóricos clássicos do liberalismo e do socialismo, fundamentos que entendiam as relações econômicas de forma capitalista como inerentes à natureza humana, etc. (GROS, 2003).

Por parte de Hayek, apesar de trabalhar na sua obra vários dos temas desenvolvidos por seus predecessores, forneceu uma contribuição sobretudo no campo do debate político com as concepções divergentes da proposta liberal. Sua obra mais célebre, *O Caminho da Servidão* de 1944, é aclamada como um verdadeiro manifesto do movimento neoliberal que estava em gestação no período. Hayek foi responsável também pelas críticas mais elaboradas pelos liberais ao

¹⁵ GROS, 2002, p 70.

keynesianismo, doutrina econômica hegemônica durante a maior parte do século XX que pregava uma profunda intervenção do Estado no sentido de fomentar um Estado de bem-estar social que propiciasse a qualidade de vida das classes mais precarizadas em vias de elevar seu poder de consumo.

É devido justamente a essa doutrina econômica em vigor hegemonicamente nas nações de capitalismo desenvolvido, sobretudo a partir da década de 1930, que as propostas do neoliberalismo da Escola Austríaca se mostraram inadequadas até a década de 1970. O keynesianismo, de fato, representava uma ruptura com o clássico liberalismo como alternativa para dialogar com as crises cíclicas e o pós-guerra durante o século XX.

A chamada “revolução keynesiana” representou a adoção pelos países capitalistas desenvolvidos, principalmente após a segunda guerra, de um conjunto de políticas econômicas que foram amplamente aceitas e reconhecidas até meados da década de 1970 quando o capitalismo internacional sofreu uma profunda crise que determinou o fim de um próspero ciclo de crescimento nesses países. Essa revolução possuiu duas dimensões principais: i) crítica à visão “clássica” da economia, segundo a qual a produção gera sua própria demanda, ou seja, que o sistema econômico é autorregulado e tende ao pleno emprego de pessoas e máquinas; ii) a crítica à visão de que não há instrumentos na economia para combater as crises econômicas, a não ser uma política que garanta o bom funcionamento das forças de mercado e a flexibilidade dos preços e dos fatores de produção, ou seja, a rejeição à ideia de que, como o mercado é autorregulado e tende ao equilíbrio, qualquer interferência do Estado é, no mínimo, inócua e, provavelmente, nociva.¹⁶

Esta correlação de forças na economia mundial contribuiu para levar a maior parte desses intelectuais ao ostracismo. Ao contrário do que professavam suas teorias, os anos que se seguiram ao pós-Segunda Guerra apresentaram grande prosperidade econômica para os países que adotavam a fórmula keynesiana de organização da economia. Contudo, esses intelectuais mantiveram-se em atuação durante todo o século XX, propagandeando o programa do livre-mercado. A primeira expressão do resultado dos esforços militantes desses intelectuais foi a criação da Sociedade de MontPelerin:

Em 1947, Friedrich Hayek, filósofo e economista renomado, decidiu convidar um grupo de estudiosos, em sua maioria economistas, mas também filósofos, historiadores, teólogos e até um químico, para criar uma associação internacional dedicada a defender os valores da liberdade

¹⁶ ONOFRE, 2014, p 198.

individual contra as ameaças das ideias do socialismo e do keynesianismo. Estava criada a Sociedade MontPelerin.¹⁷

O grupo que atua até hoje arregimentou os mais seletos intelectuais que se propõem a analisar a sociedade pelo viés do liberalismo. Ainda que não se trate de um grupo homogêneo, os valores do livre-mercado e do não intervencionismo é a linha que define as atividades desses atores políticos que, a partir da fundação da Sociedade, se comprometeram em levar adiante a tarefa de divulgar seus ideais e mover recursos para que sua proposta ganhasse coro entre a sociedade civil. É necessário entender esse acontecimento, pois a partir desse marco surgiu uma referência internacional de debates dessas propostas que irão servir de fundamentação para várias organizações em todo o mundo.

Entende-se aqui que essa nova roupagem diverge de qualquer experiência liberal vivenciada até então. Trata-se de uma corrente teórica que defende a não intervenção estatal de forma radical na economia e na sociedade civil, sendo relegado a esse uma função de mero mediador de conflitos sociais. É certo que essa percepção diverge em muito do idealizado pelas principais representações liberais brasileiras, sobretudo a de Tavares Bastos aqui mencionado, que, pelo contrário, creditaria ao Estado a responsabilidade de fomentar o caminho que levaria à libertação da economia. Contudo, também esse neoliberalismo em formação da Escola Austríaca possui sua própria roupagem. Cada um legítimo em sua proposta e em suas necessidades históricas, ainda que contraditórios entre si.

Entendidos aqui os precedentes da ideologia liberal no Brasil e da ideologia neoliberal no mundo, pretendemos, a seguir, entender como a mesa girou em favor dos defensores da sociedade do livre Mercado e as primeiras experiências de suas propostas políticas no Brasil e no mundo.

¹⁷ ONOFRE, 2014, p 199-200.

3 O MOVIMENTO NEOLIBERAL NO BRASIL E NO MUNDO

As matrizes teóricas e ideológicas da doutrina neoliberal, como discutido anteriormente, enfrentaram resistência para assumirem um papel de vulto nos projetos políticos durante a maior parte do século XX. Até a década de 1980, e sobretudo no pós-Segunda Guerra, os projetos políticos que assumiram a dianteira a partir do *New Deal* norte-americano e do Estado de Bem-Estar Social europeu foram programas que adotaram uma profunda intervenção do Estado no sentido de racionalizar o processo de reprodução do capital e fomento da melhoria das condições de vida dos setores populares da sociedade no sentido de efervescer a economia e garantir o acesso ao consumo. Contudo, foi a partir da década de 1970 que se observou uma mudança sensível nesse cenário e as primeiras experiências que sinalizavam a emergência do neoliberalismo na década seguinte como a nova aposta da burguesia e do grande capital frente a crise que se desencadeava. Essa exposição se faz necessária para compreender a conjuntura na qual os primeiros Institutos Liberais surgem no Brasil e suas principais formas de intervenção.

A mudança da configuração política, de fato, se deu apenas durante a segunda metade do século XX, acompanhando também a queda do padrão ouro das economias do capitalismo avançado marcado pela crise em 1973 e sua consequente reestruturação política e produtiva. Nesse sentido, adotarei, nesse trabalho, a interpretação do filósofo István Mészáros sobre o processo histórico e os condicionamentos estruturais que se desdobraram na crise que marca o final do século. Para o autor, a crise que eclode na década de 1970 seria expressão de um processo de esgotamento dos limites de reprodução sócio-metabólica do capital e que possui dimensões estruturais:

Mészáros indicava que o sistema de capital (e, em particular, o capitalismo), depois de vivenciar os ciclos, adentrava em uma nova fase, inédita, de crise *estrutural, marcada por um* continuum *depressivo* que faria aquela fase cíclica anterior virar história. Embora pudesse haver alternância em seu epicentro, a crise se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural.¹⁸

¹⁸ MÉSZÁROS, 2011, p 10.

A obra de Mészáros leva em consideração as dimensões que o processo de expansão do capital, condição *sui gènere* para sua auto-reprodução, é colocado em cheque devido aos limites impostos pela sua própria natureza. Ainda que não caiba adentrar numa análise mais sistemática sobre os efeitos e as configurações da crise postulada na obra de Mészáros (análise esta certamente necessária e pertinente sobretudo à luz da reflexão historiográfica, seja como apreciação empírica ou como crítica, análise esta que fugiria dos limites desse trabalho), opto por adotar esse referencial como ponto de partida que permite entender o momento favorável para a adoção do neoliberalismo como solução para o momento histórico que se apresentava. Mészáros entendia que naquele momento as soluções parciais para resolução das contradições inerentes do capital seriam inviabilizadas frente à sua inexorável necessidade de autorreprodução:

No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (tanto sob a forma de medidas legislativas para a ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se demonstraram reversíveis), obtidos por meio de organizações de defesa do trabalho: sindicatos e grupos parlamentares. O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser assimilados pelo conjunto do sistema, e integrados a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de autoexpansão. Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o sistema do capital como tal, pois em nossa própria época histórica, quando a autoexpansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam (daí o sonho impossível de se livrar do buraco negro da dívida “crescendo para fora dele”), o sistema de capital global é obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais.¹⁹

É necessário salientar que esta opção analítica não implica conceber o desenvolvimento da crise como uma determinação fatal das relações econômicas do capitalismo. Implica, por outro lado, em tendências históricas que condicionaram a forma de organização do processo produtivo do capital. Trata-se, para Mészáros, de um influxo gerado pelo próprio processo de expansão incontrolável do capital globalizado e, por isso, estrutural. Esse movimento é verificável na crescente queda da taxa de lucros dos setores produtivos e tem sua expressão analisável na crise que se inicia nos anos 1970:

A tendência expansionista da economia internacional, que se refletia em altos índices de crescimento médio anual da renda e do comércio mundial

¹⁹ MÉSZÁROS, 2011, p 95.

até o final dos anos 60, reverteu-se no início da década de 70. Os primeiros sinais partiram da crise do dólar nos Estados Unidos, em 1972, e desdobraram-se com a elevação significativa do preço do petróleo em 1973 e, depois, com o segundo choque do petróleo em 1989.²⁰

Esse processo de aprofundamento das contradições da reprodução sócio-metabólica do capital atinge todo o processo de produção capitalista contemporâneo. Dessa forma, com o acirramento dessas tendências históricas, as políticas econômicas, então hegemônicas para manutenção do capital, começaram a entrar em choque. Ainda que os efeitos da crise frustrassem as alternativas tradicionais de controle, ao longo da década de 1970 ainda persistiu o esforço das nações de capitalismo desenvolvido em lançar mão das políticas de orientação keynesiana para solucionar suas contradições (GROS, 2002). À medida que essas alternativas enquanto políticas efetivas entravam em declínio, gestavam-se as condições econômicas favoráveis para a adoção de novas formas de orientação política de organização da economia. Entra em cena a proposta neoliberal para entender e dialogar com a crise:

Segundo Hayek e seus colegas liberais, a crise era conseqüência do excessivo poder do movimento operário, pois as reivindicações salariais e de gastos sociais feitas pelos sindicatos haviam comprometido a acumulação capitalista. A solução, para os liberais, estava em medidas como a estabilidade monetária, a diminuição dos gastos sociais e a restauração da taxa de desemprego para quebrar o poder dos sindicatos.²¹

Sua crítica à terceira via keynesiana e ao caráter intervencionista do Estado no campo da economia e das relações de trabalho enfim ganhou espaço em um momento em que a desoneração das funções do Estado e a confiança na dinâmica espontânea das relações de mercado se colocavam como uma alternativa para controlar a crise se se instaurava. No bojo das primeiras experiências de aplicação do neoliberalismo, o “milagre econômico” chileno surge como a primeira expressão da doutrina na década de 1970, sendo o grupo de economistas conhecidos como “Chicago Boys” responsáveis pela política de reformas econômicas de Pinochet partir de 1973 (FRIEDERICHS, 2016). A ditadura de Pinochet dá início à aplicação da ortodoxia neoliberal no plano do governo:

O acompanhamento das políticas neoliberais através de seus objetivos de curto prazo e dos resultados obtidos não é suficiente para visualizar, em toda sua profundidade, as mudanças estruturais que foram acompanhando a aplicação cada vez mais ortodoxa do programa neoliberal no Chile. Esse

²⁰ GROS, 2002, p 25.

²¹ Ibidem, p. 25.

programa provocou transformações radicais na economia, no Estado e nas suas relações com a sociedade, como decorrência, especialmente, da aplicação de três políticas estruturais de longo prazo: privatização da economia, abertura ao mercado internacional e mudanças na estrutura da produção e da distribuição da renda. (...)a interferência do Estado foi reduzida drasticamente, tanto em matéria de gasto público quanto de atividades produtivas (as 507 empresas públicas de 1973 ficaram reduzidas a 15 em 1980) e regulatórias; foi abandonada a promoção do desenvolvimento pelo Estado, que vinha acontecendo desde 1939, em especial nos governos de Frei (1964-70) e Allende; reverteu-se o processo de reforma agrária, com a devolução de terras a seus anteriores donos; e promoveu-se o avanço da gestão privada em esferas antes dependentes do Estado.²²

Contudo, segundo Perry Anderson, o primeiro modelo de governo neoliberal em um país de capitalismo avançado surgiu na Inglaterra em 1979, com a posse de Margareth Thatcher como primeira-ministra (Anderson, 1992, pg. 11). Até então o Partido Trabalhista Inglês obtivera êxito na manutenção do Estado de Bem-Estar Social ao aplicar um sistema de Estado previdencialista de influência keynesiana (GROS, 2002, p. 26). Porém, com o avanço da inflação e as dificuldades para restaurar as taxas de crescimento, os partidos políticos passaram a enfrentar várias disputas internas:

A profundidade da crise manifestou-se não apenas na mudança dos grupos partidários governantes, mas também em verdadeiras crises internas dos partidos, que sofreram transformações profundas. É o caso, por exemplo, do Partido Conservador britânico, cenário de uma luta interna que terminou com a sua conversão ao ideário neoliberal e com o triunfo da corrente de Margaret Thatcher, cuja vitória eleitoral em 1979 possibilitou a primeira ascensão de um grupo neoliberal ao poder nos países de capitalismo avançado.²³

A insuficiência do Partido Trabalhista em reverter a situação econômica do país, a chegada de Thatcher ao poder em 1979 marca a transição da Inglaterra para o modelo neoliberal de gestão do Estado. A primeira-ministra iniciou as políticas privatistas e de desestruturação do movimento sindical que viabilizou a flexibilização das relações de trabalho que convergiam com a proposta do *laissez faire*.

O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida

²² GROS, 2002, p 40.

²³ Ibidem, p 25-26.

surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.²⁴

O resgate da ascensão do neoliberalismo enquanto projeto político concretizado no plano internacional serve de pano de fundo para entendermos em que circunstâncias essa doutrina chega ao Brasil. Para além do cenário histórico pouco favorável à adesão ao discurso liberal até meados dos anos 1980, é necessário pontuar profunda subsunção da ideologia liberal entre as principais figuras políticas até o período. Rodrigo Patto Sá Motta remonta à pouca difusão dos postulados liberais entre as elites brasileiras durante o início do século XX:

A fragilidade do anticomunismo liberal está diretamente relacionada à tradição autoritária brasileira e à dinâmica política da história republicana. O tema da liberdade constituiu-se em ponto delicado no interior do anticomunismo, pois durante boa parte do período em foco o país foi governado por regimes autoritários. (...) Dependendo das circunstâncias políticas, tornava-se arriscado assumir posturas liberais ou democráticas mais enfáticas. Era esta a situação especialmente durante os anos de vigência do Estado Novo.²⁵

A ideologia liberal convivia, nesse período, com uma crítica às concepções de liberdade que não dialogavam com a proposta autoritária vigente. Contudo, com o avanço do neoliberalismo nos anos 1970 e os debates em torno da disputa dos rumos do Estado em efervescência com o processo de reabertura política levado a cabo pela ditadura empresarial-militar, o quadro político se reverteu em favor da doutrina liberal renovada. Ainda durante os anos finais da ditadura, visitas frequentes de referências do movimento contribuem para o fomento do debate entre o empresariado brasileiro. Segundo Gabriel Onofre, Friederich Hayek teria visitado o Brasil ao menos três vezes num período de quatro anos a convite do engenheiro e empresário Henry Maksoud, diretor da revista *Visão*. Durante essas visitas, Hayek participou de diversos debates com intelectuais, empresários, estudantes e demais formadores de opinião em vias de discutir os fundamentos da sociedade do Livre Mercado e os desafios para o liberalismo se realizar plenamente no País:

²⁴ ANDERSON, 1995, p. 12.

²⁵ MOTTA, 2002, p 61.

A passagem de Hayek foi marcada pela atuação intensa do engenheiro Henry Maksoud, dedicado a promover o contato do filósofo com o meio acadêmico, empresarial e jornalístico brasileiro. Suas conferências foram publicadas em diferentes jornais e revistas, tendo ele sido entrevistado também por alguns diários nos estados onde esteve presente. Destaca-se a cobertura da revista *Visão* que convidou Hayek, promoveu conferências e dedicou um bom espaço em suas matérias para o filósofo austríaco.²⁶

As visitas de Hayek ao Brasil nos anos 1970 estimularam os debates em torno dessas pautas no País. Esses debates e a recepção que tiveram entre intelectuais brasileiros demonstravam que o neoliberalismo já vinha sendo pautado entre a burguesia brasileira no período. O próprio engenheiro Henry Maksoud é um representante brasileiro da Sociedade Mont Pèlerin (ONOFRE, 2014, p 202-203). Como resultado do ativismo desses intelectuais surgiram os primeiros *Think Tanks*²⁷ que se consolidaram como organizações neoliberais tradicionais no Brasil. As primeiras experiências de consolidação dessas organizações ocorreram no início dos anos 1980. Entre as organizações pioneiras nessa proposta de atuação, destacaram-se o Instituto Liberal (IL) e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE).

O IL foi a organização que se propôs a desempenhar um papel de maior projeção nacional:

O Instituto Liberal foi criado por Donald Stewart Jr. no Rio de Janeiro, em 1983. Sua expansão se deu através da criação de institutos análogos em diversas capitais brasileiras, sucedida pela constituição de núcleos municipais no interior dos diferentes estados, núcleos esses filiados aos respectivos Institutos das capitais estaduais e de acordo com o princípio federativo.²⁸

Entre os fundadores do IL encontravam-se outras importantes figuras do empresariado brasileiro como Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Jorge Wilson Simeira Jacob (Grupo Fenícia), Roberto Konder Bornhausen (Unibanco),

²⁶ ONOFRE, 2014, p 203.

²⁷ Como fala Lidiane Elizabeth Friederichs (2016, p 110-111): Os *think tanks* surgiram nos Estados Unidos, na primeira década do século XX, com o objetivo de profissionalizar a política, ou seja, delegar a especialistas as discussões sobre os problemas estatais. As primeiras instituições voltaram-se para a temática da política externa e em seguida para as reformas do Estado. A partir da década de 1960 e 1970 seu uso se expandiu e suas ideias, agora mais amplas e englobando várias áreas, passam a ser difundidas em revistas e jornais. O apoio financeiro de corporações, partidos políticos, universidades, além do próprio Estado, foram essenciais para a disseminação dos *TTs*. Desde então, o crescimento desses institutos é contínuo e se pauta na defesa de determinadas correntes político-ideológicas, embora se apresentem como organizações independentes. No Brasil, o aparecimento desses institutos remonta a década de 1940, com a criação da *Fundação Getúlio Vargas* em 1944. Nos anos de 1960 se destacam o *Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais* (IPES) e o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* (IBAD), os quais atuaram na crise que levou a deposição de João Goulart. A partir da década de 1980 ocorre o crescimento desses institutos, principalmente aqueles ligados as elites econômicas do país.

²⁸ Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/historia-2/>>. Acesso em 29 de set. de 2018.

Wiston Ling (Oliveira), entre outros (GROS, 2002, p. 143). Nos anos seguintes, outros estados iniciaram atividades com grupos autônomos como o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul em 1986²⁹ e o Instituto Liberal de São Paulo em 1987 (GROS, 2002, pg. 143). Nesse momento, os institutos liberais passaram a atuar com relativa autonomia, apesar de manterem-se atrelados a um programa unificado:

Os Institutos Liberais se regem por estatutos idênticos, mas desenvolviam ações autônomas, cada um buscando sua vocação e a melhor forma de divulgar as vantagens do liberalismo. Suas atividades eram coordenadas por um Conselho Nacional e mantinham fidelidade a uma declaração de princípios, à qual cada IL subscrevia ao constituir-se e filiar-se ao Conselho.³⁰

Outra organização desse modelo digna de nota a surgir no período será o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), organização que tem como objetivo “Formar lideranças empresariais que se comprometam com o modelo de organização social e política para o Brasil baseado no ideal democrático de liberdades individuais, subordinadas ao Estado de Direito”³¹. O IEE é fundado em 1984 em Porto Alegre e é responsável pela organização de um dos eventos mais importantes sobre a temática no Brasil, o “Fórum Liberdade um evento de debates políticos e econômicos que conta com importantes nomes nacionais e internacionais da cultura, economia e política, alicerçados nos fundamentos (neo)liberais” (FRIEDERICHS, 2016, p 117).

Estas organizações partilhavam do mesmo princípio básico de divulgação e ampliação da influência do neoliberalismo que a Sociedade de Mont-Pelerin, apesar de assumir nesse ponto um ativismo mais prático. Entre seus membros alinhavam-se os representantes das diferentes correntes de liberalismo que coexistiam na Sociedade dedicados a expandir a projeção da concepção neoliberal, como postulado nos objetivos do IEE. Também o IL firmou este compromisso em seus objetivos:

O Instituto Liberal trabalha para promover a pesquisa, a produção e a divulgação de idéias, teorias e conceitos sobre as vantagens de uma sociedade baseada:

- >no Estado de direito, no plano jurídico;
- >na democracia representativa, no plano político;
- >na economia de mercado, no plano econômico;

²⁹ Disponível em: <<http://institutoliberalidade.com.br/o-instituto/sobre/>>. Acesso em 29 de set. de 2018.

³⁰ Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/historia-2/>>. Acesso em 29 de set. de 2018.

³¹ Disponível em: <<http://iee.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 29 de set. de 2018.

>na descentralização do poder, no plano administrativo³²

A princípio, esses *think tanks* se preocuparam com a difusão dos ideais de Livre-Mercado e crítica ao que os teóricos dessa vertente chamam de sociedades “coletivistas”, socialistas ou keynesianas. Para isso, os ILs ofereceram cursos de formação teórica para homens de negócios, empresários, juristas, estudantes, jornalistas e demais formadores de opinião. No intuito de dialogar com o público atuante no campo do Direito, o IL realizou em 1990 o colóquio com o tema Direitos de Propriedade e Liberdade Individual (GROS, 2002, p 130). No ano seguinte, realizaram um novo colóquio com o tema Ordem Liberal e Processo Democrático (GROS, 2002, p 130). A prevalência dos debates nesse campo ocorreu devido à intensificação dos debates acerca da Assembleia Constituinte de 1988 e sua revisão em 1992. As discussões das quais esses colóquios foram expressões foram importantes para demarcar as primeiras elaborações jurídicas de autoria das referências brasileiras do neoliberalismo.

Como forma de ampliar também o acesso no Brasil às ideias dos intelectuais estrangeiros de maior projeção no movimento liberal, os ILs serão responsáveis pela tradução e edição de vários títulos até clássicos sobre o pensamento neoliberal:

A principal atividade do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, em seus primeiros anos de funcionamento, foi a tradução e a publicação de livros de pensadores clássicos considerados fundamentais para a compreensão do liberalismo. O objetivo era patrocinar a edição de uma bibliografia acadêmica básica sobre teoria liberal.³³

Foram responsáveis pelas primeiras traduções de obras de Hayek, Mises, Bohm-Bawerk e outros teóricos da Sociedade de Mont-Pelerin. A edição dessas obras foi realizada pelos próprios ILs e também por editoras próximas à perspectiva, como as editoras Inconfidentes e José Olympio. A publicação de *A Ação Humana*, de Ludwig Von Mises recebeu inclusive o prêmio Sir Anthony Fischer de melhor publicação sobre o pensamento liberal da Atlas *Economic Research Foundation* em 1991 (GROS, 2002, p 127-128). Contudo, não foram apenas as publicações dos teóricos clássicos do neoliberalismo que foram lançados pelos ILs no período. Entre os anos da década de 1990, diversos intelectuais neoliberais brasileiros foram

³² Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/>>. Acesso em 29 de set. 2018.

³³ GROS, 2002, p 127.

também publicados pelos think tanks, tanto no que diz respeito a produções sobre a realidade econômica brasileira pela perspectiva liberal como outras formas de publicações, como manuais simplificados de teoria econômica pela perspectiva liberal. Obras dos dirigentes do IL como *O que é o Liberalismo*, de Donald Stewart Jr. e *A Ordem Econômica*, de Og Francisco Leme (GROS, 2002, p 128) são exemplos desse tipo de publicações menos acadêmicas de caráter propagandístico.

Os ILs também publicaram diversos periódicos como revistas, jornais, informativos para divulgação de suas atividades e análises. Esses periódicos poderiam trazer desde traduções de artigos de outros *think tanks*, como o norte-americano *Heritage Foundation*, como editoriais dos ILs e colaboradores comentando temas pertinentes à conjuntura econômica e política do País. O Conselho Nacional de Institutos Liberais irá editar, desde 1991, o *IL Notícias*, que cumpriu esse propósito (GROS, 2002, p 127). Também o IL-SP ficou responsável pela edição do *Idéia Liberal* de 1988 a 1992, quando se tornará o Informe Liberal (GROS, 2002, p 127). O IL-SP também irá:

[...] com um Conselho Editorial composto por alguns intelectuais liberais que contribuem para várias publicações dos Institutos Liberais e um Conselho de Administração que reúne grandes empresários. O primeiro número da revista trazia na capa o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, recém-eleito, caminhando firme para o futuro, além de um artigo escrito por ele. Com preparação gráfica esmerada e contendo ensaios de intelectuais conservadores reconhecidos internacionalmente, contém encartes que veiculam as propostas de políticas públicas dos neoliberais, e outros com versões resumidas de autores liberais clássicos. Com tiragem de 3.000 exemplares, Think Tank é distribuída entre os associados dos institutos, grandes empresas, autoridades, etc.³⁴

Outra seara na qual os ILs tiveram grande influência foi na inserção da perspectiva neoliberal sobretudo entre os meios educacionais:

Para combater a hegemonia do pensamento “ideologizado” e marxista nas universidades, que provocou a marginalização do liberalismo durante anos, o Instituto Liberal de São Paulo patrocinou atividades que propiciassem a ampliação do espaço ocupado pela teoria liberal na reflexão acadêmica. Foram desenvolvidos programas que estimulavam maior aproximação entre universidades e empresas, como a realização de palestras, convênios de pesquisa, concursos de monografias, etc. para um público selecionado de estudantes, professores, coordenadores e diretores de universidades.³⁵

³⁴ GROS, 2002, p 130.

³⁵ GROS, 2002, p 136.

Foram responsáveis por aglutinar entre seus quadros de colaboradores importantes referências no campo da economia que atuaram em universidades privadas no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, como Ubiratan Jorge lorio de Souza, coordenador do curso de economia da Faculdade do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e José Luiz Carvalho (GROS, 2003, p 135). Também nas escolas de ensino básico acreditava-se que o sistema educacional estaria comprometido, fato evidenciado nos índices da educação pública:

Essa atividade foi inspirada no diagnóstico da educação brasileira feito pelo Instituto: o ensino passa por uma grave crise, que se evidencia no despreparo dos alunos para enfrentar o mercado de trabalho, no abandono quase total da rede pública, na falta de qualificação dos professores e nos “conteúdos desatualizados e ideologizados” do ensino. Essa situação, ainda segundo o Instituto Liberal de São Paulo, ultrapassa as escolas e as universidades e se reflete nas empresas, dificultando a formação e o desenvolvimento de seus trabalhadores e, até mesmo, de seus quadros dirigentes.³⁶

Outro campo de atuação desses primeiros Institutos Liberais brasileiros foram esforços na formulação de políticas públicas, sobretudo nos processos de disputas em torno da Constituição de 1988. A partir desse período, a política brasileira foi marcada pela ruptura com o neo-desenvolvimentismo e a adesão ao projeto neoliberal (FRIEDERICHS, 2016, p 120). Os Institutos Liberais foram, nesse momento, elaborar uma ampla produção no campo jurídico no sentido de disputar o sentido que a Constituição ganhara. As elaborações desses grupos tiveram como referência as obras dos clássicos do liberalismo na receita adotada, sobretudo na receita hayekiana para a conformação do Estado:

Com o propósito de debater, criticar e apresentar uma proposta alternativa aos programas de educação, saúde, previdência e habitação do país, o instituto se valeu do argumento de que os serviços públicos são de baixa qualidade e não podem ser controlados pelos consumidores, que ficam à mercê dos serviços que lhes são oferecidos, sem ter a “liberdade” de escolher outros. Nesse sentido, afirmam que o governo deveria se preocupar apenas com a fiscalização dos serviços, pois, para eles “o papel do Estado não é planejar a economia, nem construir uma sociedade igualitária.”³⁷

As propostas no sentido de flexibilização dos direitos trabalhistas e de sindicalização serão amplamente defendida nesse momento. Nesse sentido, “eles criticam, em especial, a cristalização de preceitos trabalhistas na Constituição de

³⁶ Ibidem, p 137.

³⁷ FRIEDERICHS, 2016, p 122.

1988 e propõem a liberalização das regras do mercado sobre as relações de trabalho, o que resultaria numa diminuição do desemprego e da informalidade” (GROS, 2002, pg. 215). Em 1998, em encarte especial da revista Think Tank, Ney Prado irá traçar uma comparação entre os fundamentos varguistas que perseveraram na Constituição de 1988:

Segundo Prado, são cinco as principais deficiências históricas insuperáveis do atual modelo (e por isso ele teria que ser totalmente reformulado): vícios técnicos, custos econômicos, ineficácia da Justiça do Trabalho, descumprimento habitual das leis e decisões judiciais (o que provoca a explosão da economia informal, a proliferação de greves abusivas e o desacato à ordem jurídica instituída) e o seu descompasso com a nova realidade nacional e internacional. (...) Prado inicia com uma crítica ao modelo varguista, que ainda figura nas instituições e nas leis que regem as relações de trabalho no Brasil, baseadas no paternalismo e no protecionismo do Estado aos trabalhadores. Esse modelo pecaria por uma preocupação excessiva com a igualdade em detrimento da liberdade. Por isso, para os liberais, a CLT é intervencionista, detalhista, inflexível, corporativista, demagógica, etc.³⁸

Para além do campo das relações de trabalho, as formulações dos liberais entraram nos debates sobre a atuação do Estado nos serviços públicos. Foram desenvolvidas críticas às leis em vigor e propostas de emendas sobre Saúde, Educação, Segurança e previdência social, entre outras esferas de atuação da jurisprudência. Essas formulações, como esperado, levaram em consideração a necessidade de reduzir a intervenção do Estado nessas esferas e abrir esses setores para a atuação da iniciativa privada. A exemplo sobre as formulações, as propostas do IL na esfera da Educação, o trabalho de Lidiane Elizabete Friederichs “*A Importância dos Think Tanks Para a Divulgação do Neoliberalismo no Brasil*” traz uma análise pormenorizada das propostas elaboradas pelo IL em seus periódicos, em que o financiamento do acesso ao ensino por parte do Estado propicie o acesso às instituições públicas e privadas, estimulando a concorrência entre as escolas e desonerando o Estado dos altos encargos para manutenção do setor, sobretudo no que diz respeito ao ensino superior público. Com as devidas mediações, as formulações para as demais esferas dos serviços públicos, como saúde e previdência, seguiam este parâmetro de proposição.

³⁸ GROS, 2002, p 218.

Neste capítulo, busquei trazer um panorama sobre as primeiras organizações liberais de vulto a atuarem no Brasil durante o período de abertura política brasileira. Este período estaria marcado pela disputa do projeto de sociedade que se abriria com a saída dos governos militares e seu projeto nacional-estatista e à adesão ao programa neoliberal. É possível entender este momento como o resultado de um processo de desenvolvimento do neoliberalismo não somente como uma corrente teórica do liberalismo, mas também como um movimento organizado de proporções internacionais. Tal desenvolvimento surgiu do esforço militante e da organização política dos principais quadros do movimento como também de um momento histórico favorável à adoção de novas formas de organização das políticas econômicas que visavam refrear a crise que eclodiu em 1973 e dá origem às primeiras experiências liberais no cenário político mundial.

Apesar disso, é necessário entender esse movimento de ascensão do liberalismo não como uma mera determinação fatal do recrudescimento da crise e como uma resposta da burguesia em bloco contra a mesma. As bases ideológicas do neoliberalismo já vinham sendo gestadas a quase um século antes de sua adesão como política econômica global, como exposto no capítulo 1. Durante esse período, o capitalismo passou por outros momentos de crise e foram aplicadas outras alternativas para sua superação. Dessa forma, entendo a adesão do Capital ao neoliberalismo (em maior ou menor intensidade e em períodos distintos, a depender dos países que se faça uma análise) como resultado dessas disputas e do esforço militante de setores de uma elite orgânica que avança em uma conjuntura favorável às suas propostas.

Três décadas depois do surgimento dos primeiros Institutos Liberais brasileiros, as formas de organização bem como as discussões que o neoliberalismo irá apresentar no Brasil serão bastante diversas das que se apresentavam nos anos 1980. Durante esse período, as organizações aqui analisadas passam por transformações, rupturas, adequam sua forma de atuação frente às suas demandas concretas. Uma vez que o objeto deste trabalho tem origem em um passado muito recente, faz-se necessário entender as especificidades históricas nas quais o ILA surge. Como se organizará a militância neoliberal no Brasil nos últimos 10 anos e quais terão sido os impactos desse período - e sobretudo as mobilizações que

explodem a partir de junho de 2013 - nos Institutos Liberais e nas organizações que, como o ILA, surgem depois desse processo?

4 O INSTITUTO LIBERAL DE ALAGOAS E A SEGUNDA ONDA DO MOVIMENTO NEOLIBERAL

Os Institutos Liberais e os *think tanks* que surgem no Brasil durante a década de 1980 e 1990 correspondem a uma necessidade específica de organização e difusão do movimento neoliberal. Num primeiro momento, como apresentado no capítulo anterior, esses grupos preocuparam-se prioritariamente em difundir as ideias liberais no País e consolidar um quadro de referências em setores estratégicos da sociedade. Dessa forma, a articulação dessas organizações com *think tanks* tradicionais e consolidados em outros países foi essencial no levantamento de recursos e fornecimento de *know how* para fortalecimento do movimento. Contudo, ao longo das transformações históricas sofridas nas condições de atuação na política brasileira, estes coletivos adaptaram suas formas de intervenção e conformação de sua pauta. Levando em consideração essas novas condições históricas legadas da abertura política da ditadura empresarial-militar e o processo de disputas que ele estabelece, seguirei minha apresentação do Instituto Liberal de Alagoas e as condições nas quais este setor atua.

Com o final dos anos 1990 e 2000, as instituições que dão origem aos grandes *Think Tanks* em atuação no Brasil enfrentam uma reestruturação de sua militância. Diante das demandas regionais em que cada grupo passou a atuar, a então maior expressão do modelo, o Instituto Liberal fundado no Rio de Janeiro, optou por descentralizar sua atuação em diversas organizações menores:

Os Institutos Liberais se regem por estatutos idênticos, mas desenvolviam ações autônomas, cada um buscando sua vocação e a melhor forma de divulgar as vantagens do liberalismo. Suas atividades eram coordenadas por um Conselho Nacional e mantinham fidelidade a uma declaração de princípios, à qual cada IL subscrevia ao constituir-se e filiar-se ao Conselho. [...] Posteriormente, em virtude de problemas administrativos, os ILs foram sendo reincorporados ao IL do Rio de Janeiro e fechando suas filiais. O IL do Rio Grande do Sul transformou-se em Instituto Liberdade, sendo até hoje uma grande parceira do Instituto Liberal³⁹.

Essa reestruturação apresentada pelos ILs parece corresponder a uma necessidade de conferir uma maior autonomia aos grupos que antes se conformavam em sua base de atuação. Ainda que seja difícil nesse trabalho

³⁹ Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/historia-2/>>. Acesso em: 30 de ago. 2018.

identificar todas as consequências em que o processo de reorganização tenha implicado, é possível pressupor que com a descentralização administrativa do IL, os grupos que dela se originaram possuem uma trajetória autônoma, apesar de apresentarem um programa teoricamente bastante semelhante. A dissolução em 2004 do então Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (ILRS) e a criação do Instituto Liberdade exemplifica este processo:

O Instituto Liberdade teve suas raízes no Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, que foi criado em 1986 e já desenvolvia atividades autônomas e independentes para a região Sul da Rede Liberal. A partir de 11 de maio de 2004 a sua nova designação como Instituto Liberdade confirma sua posição de liderança no Brasil com a ampliação de sua carta de princípios já descritos em sua Missão⁴⁰.

Ainda que se mantenham e se criem fóruns de discussões entre esses grupos nacionalmente, é importante entender que esta característica do movimento neoliberal no Brasil permite conceber os Institutos e *Think Tanks* desse setor como possuidores de uma trajetória histórica própria e apresentarem arranjos táticos de atuação dissonantes em diferentes regiões. Dessa forma, ao longo dos anos 2000 algumas organizações adotaram novas formas de atuação. Ainda que os institutos liberais no Brasil não tenham abandonado suas práticas iniciais - como construção de espaços de debates e formação para públicos direcionados, edição e publicação de periódicos e clássicos do liberalismo e consultoria para elaboração de políticas públicas – os espaços de debate e atuação desses grupos foram ampliados pela popularização do acesso às redes e mídias alternativas de difusão de ideias. Não apenas setores organizados se apropriaram desses espaços, como também intelectuais e ativistas não organizados passaram a ganhar destaque na opinião pública com o advento da internet e uma conjuntura política favorável à difusão de novas ideias. No que tange à importância dessas contribuições individuais para organizações liberais, vale ressaltar a influência da entrada de Rodrigo Constantino Alexandre dos Santos no conselho deliberativo do Instituto Liberal.

A partir de 2013, uma nova Diretoria, sob a liderança do economista Rodrigo Constantino e do advogado e professor universitário Bernardo Santoro, renovou os quadros do IL em face aos desafios impostos por uma nova geração de tecnologia audiovisual, adaptando o histórico material produzido às novas mídias digitais⁴¹.

⁴⁰ Disponível em: <<http://institutoliberalidade.com.br/o-instituto/sobre/>>. Acesso em: 30 de ago. de 2018.

⁴¹ Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/historia-2/>>. Acesso em: 30 de ago. de 2013.

Economista, colunista da revista *Isto é*, fundador do *Instituto Millenium* e importante quadro entre os intelectuais liberais atuantes no Brasil, Constantino propõe uma nova ênfase na atuação do *Think Tank* nas redes sociais no intuito de ampliar o espaço de disputa ideológica com as ideias de esquerda. Possui uma farta produção tanto enquanto colunista de periódicos de destaque, como *Veja* e *O Globo*, como em demais canais de comunicação onde divulga textos, livros e análises de conjuntura nas quais aborda temas pertinentes à política brasileira. Possui também uma coluna na página do próprio IL onde aborda os temas mais pertinentes para doutrina econômica. Jorge Chaloub e Fernando Perllato analisam o fenômeno de surgimento de referências de intelectuais de uma “nova direita” no Brasil do qual Rodrigo Constantino é expressão:

Os anos 2000 têm testemunhado a ascensão de outro tipo de ideário, relacionado a uma nova fração de intelectuais, portadores de certo tipo de ideário claramente de direita, que vem ganhando cada vez mais espaço na agenda pública do país, com forte presença na imprensa e no mercado editorial, associado a nomes como Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Luiz Felipe Pondé, Rodrigo Constantino, Guilherme Fiuza, Marco Antonio Villa, Denis Lerrer Rosenfield e Diogo Mainardi. Ainda que muitos deles já tivessem presença destacada na imprensa e nas redes sociais desde os anos 1990, a projeção deles na esfera pública nos últimos anos ganhou impulso e projeção, especialmente após o debate público em torno das cotas raciais nas universidades, da criação do Programa Bolsa-Família e, sobretudo, após as denúncias em torno do chamado escândalo do “Mensalão [...]”.⁴²

Faz-se necessário entender esse fenômeno de reestruturação do discurso liberal e conservador no País para visualizar a correlação de forças que dá origem à nova onda de *Think Tanks* que irão surgir no Brasil nos últimos anos. Nesse momento, catapultados para o centro da opinião pública pelo lento desgaste das tradicionais referências do movimento de esquerda no Brasil devido aos anos do governo do Partido dos Trabalhadores, vários intelectuais de uma nova configuração da direita irão passar a ganhar visibilidade (CHALOUB; PERLLATO, 2015 p. 8). Entre essas referências pode-se apontar a ascensão de intelectuais de orientação conservadora e liberal⁴³ que divulgam suas análises em colunas de jornais, blogs, livros e outras mídias. O recurso a uma linguagem mais agressiva, uma distinção mais profunda entre as ideias de direita e esquerda, uma maior projeção das

⁴² CHALOUB; PERLLATO, 2015, p 5.

⁴³ Para uma leitura mais aprofundada sobre essa aparente contradição ideológica, cf. CHALOUB; PERLLATO, 2015.

propostas de explicação da realidade mais imediata da política do País se populariza entre setores da sociedade que em outro momento não encontravam projeção pública de vulto.

Vale ressaltar a influência que esses intelectuais e ativistas terão para conformação de um arcabouço teórico para compreender a realidade histórica e social brasileira numa perspectiva, sobretudo, conservadora. A partir das elaborações teóricas desses intelectuais, será possível visualizar uma releitura da própria história brasileira sobre os parâmetros de análise desses setores. Essas elaborações correspondem a uma necessidade desses atores políticos em apresentar uma percepção “isenta” da história brasileira. Em sua perspectiva, a historiografia produzida até hoje estaria corrompida pela influência do marxismo, de modo que seria insuficiente para explicar a realidade do Brasil, seja pela inaplicabilidade do materialismo histórico e dialético como método científico satisfatório, seja até mesmo por desonestidade dos intelectuais (marxistas ou não) que produzem no campo das ciências humanas no País. Jorge Chaloub e Fernando Perllato identificam essa contribuição teórica desses intelectuais atrelada a um setor que chamam de *direita teórica*:

A direita teórica reclamaria seu lugar à direita no debate público a partir de argumentos de ampla duração histórica, de modo que as razões para a recusa à esquerda mobilizariam ideias e noções que ultrapassam em muito o contexto imediato, destacando os equívocos dos setores de esquerda em relação à modernidade e à natureza humana. As questões de política contemporânea ocupam a maior parte dos seus textos atuais, mas são sempre enquadradas em uma narrativa de mais longa amplitude, mesmo que muitas vezes distante do tema em questão. O estilo de argumentação não exclui amplas mudanças ao longo dos anos, muitas delas impulsionadas pelas transformações na conjuntura, mas leva ao esforço de sempre vincular as opiniões políticas a bases mais amplas e longevas. Os autores buscam se distinguir pela mobilização de amplo material bibliográfico, que inclui desde clássicos de vertente liberal e conservadora, amplamente presentes na bibliografia mais corrente das humanidades, até teóricos menos citados, muitas vezes brandidos de modo a demonstrar a precariedade do ambiente intelectual brasileiro⁴⁴.

Apesar das confluências de análises que esses intelectuais vão apresentar em diversos pontos, não pretendo tratar desses atores políticos como expressões de um bloco homogêneo. Trato aqui desses intelectuais em seus posicionamentos individuais, ainda que a produção por eles difundida sirva de arcabouço teórico para

⁴⁴ CHALOUB; PERLLATO, 2015, p. 13.

organizações em atividade durante a primeira década dos anos 2000 e também em períodos mais recentes, sobretudo pós mobilizações de junho de 2013, como iremos notar a seguir. Não somente no que diz respeito às publicações em jornais de grande circulação no país e trabalhos publicados em livros, mas também a atuação desses intelectuais nas redes sociais e mídias alternativas permitem uma circulação de análises de processos políticos no Brasil que promove uma rede de debates onde o acesso a comentários e críticas entre esses atores políticos se dá na íntegra. Entendo que a consolidação dessa rede de informações e debates contribui para a formação de um novo discurso neoliberal e conservador no País, dissonante no que diz respeito aos projetos políticos em disputa, mas dividindo uma ampla agenda que possui um pano de fundo de recorte classista bem definido no que diz respeito à defesa dos princípios da propriedade privada e do livre mercado e moralmente conservador.

Ainda que não seja possível nesse trabalho analisar pormenorizadamente todas as influências históricas que esse processo desdobre, pretendo levar em consideração esses elementos ao fazer a análise do processo de conformação de uma nova onda de organizações políticas liberais no Brasil, sendo o Instituto Liberal de Alagoas (ILA) a primeira expressão de vulto desse movimento no estado. Contudo, o Instituto se conforma como um esforço militante que precede seu lançamento. “Fundado oficialmente em junho do ano passado (2015), o Instituto Liberal de Alagoas teve início no Grupo de Estudos não Quebre a Janela, com as primeiras atividades realizadas a partir de 2012”⁴⁵.

O Não Quebre a Janela (NQJ) surge como o embrião que irá conduzir para a criação do ILA, contando com as principais lideranças que se manterão e acompanharão todo o processo de conformação da organização. Ainda que hegemonicamente composto por estudantes, o NQJ aglutinava também outras categorias como professores universitários e advogados entre seus quadros⁴⁶. Possivelmente um dos primeiros *Think Tanks* do estado, seus princípios estavam alinhados à agenda liberal do modelo da Escola Austríaca, como exposto em sua apresentação:

⁴⁵ Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia.php?c=14240>> Acesso em: 5 de dez. 2018.

⁴⁶ Disponível em: <<https://naoquebreajanela.wordpress.com/quem-somos-3/>>. Acesso em 25 de jan. 2019.

É um Think Tank alagoano dedicado a produzir e divulgar ideias de liberdade no campo social e econômico. Temos como valores essenciais a liberdade individual, a igualdade perante lei, a propriedade privada, a não agressão, livre iniciativa e supremacia do indivíduo. Nossa missão é conscientizar as pessoas sobre a importância da liberdade e de sua soberania como indivíduos para decidir o rumo de suas vidas⁴⁷.

A organização surge como um grupo de estudos que construiu o Estudantes Pela Liberdade, rede de *think tanks* liberais que atuam internacionalmente, contando com três embaixadores da entidade em Alagoas⁴⁸. Dessa forma, suas práticas de atuação se manifestam de forma mais evidente nas universidades. Durante seu tempo de atuação, os membros que faziam parte do NQJ atuaram nos principais espaços do movimento estudantil e discutiram as questões mais pertinentes em debate na universidade alagoana, sendo na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) a expressão mais evidente desse viés militante de seus ativistas. Em 2014, o grupo lança posicionamento público sobre a atuação da polícia militar no campus A. C. Simões da UFAL, tema que promoveu grande comoção por parte da comunidade acadêmica:

O Grupo “Não Quebre a Janela” vem a público afirmar sua opinião favorável a presença da PM no Campus como medida emergencial. Acreditamos que é uma medida de bom senso no curto prazo diante da situação emergencial por qual passa a nossa universidade no presente momento. Vários casos de assaltos, estupros, assassinatos e apreensão de drogas dentro do Campus atormentam a vida dos estudantes e funcionários da UFAL⁴⁹.

Destoando das demais organizações que compunham a atuação do movimento estudantil na UFAL, os membros do NQJ-AL demarcaram-se politicamente e apresentaram o apoio, sinalizando mais que o posicionamento da organização frente à discussão da PM no campus. No mesmo documento, demarcaram também sua perspectiva frente à gestão do Diretório Central dos Estudantes da UFAL, então dirigido majoritariamente pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e pela entidade estudantil que o partido criara, a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL):

Entendemos a revolta dos estudantes diante da opinião de meia dúzia de alunos, pertencentes ao DCE, esse, totalmente desconexo com a realidade

⁴⁷ Disponível em: <<https://naoquebreajanela.wordpress.com/f-a-q/>>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Disponível em: <<https://naoquebreajanela.wordpress.com/2014/05/15/carta-aberta-aos-estudantes-da-ufal/>>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

dos estudantes que realmente estudam. Queremos uma UFAL segura, aberta e inteligente. Sem apelos partidários/ideológicos e sim pragmática⁵⁰.

Esses fragmentos levantam elementos importantes para compreender o discurso defendido pela organização e sua proposta de atuação política. Em meio aos debates acerca da desmilitarização da polícia militar e da autonomia da Universidade em definir sua disciplina interna, as organizações políticas majoritariamente alinhadas ao que se costuma associar a uma esquerda radical atuantes no movimento estudantil posicionavam-se, nesse momento, contrárias à presença da PM no campus. Ao levantar um posicionamento favorável à permanência da PM na Universidade, o NQJ apresentou-se como uma alternativa diante das tradicionais organizações que compunham o movimento e demarcou clara distinção ideológica com relação aos demais setores em atuação na UFAL. Apesar disso, apresentaram seu posicionamento frente a essa pauta como uma postura isenta de “*apelos ideológicos*”, este sim pautado nos reais interesses dos estudantes. De fato, esse discurso supostamente isento foi anunciado em sua apresentação, quando se discorreu sobre o posicionamento da organização frente à dicotomia “*esquerda-direita*”:

Nenhum dos dois. Consideramos que direita e esquerda são apenas caminhos diferentes para se usar a força do Estado para impor suas ideias e diminuir a liberdade do indivíduo. A esquerda apresenta a tendência de violar a liberdade econômica, enquanto a direita diminui a liberdade individual. Para nós a liberdade é inegociável e deve ser consistente em ambos os aspectos⁵¹.

É possível dizer que, enquanto organização política atuante de doutrina neoliberal, o NQJ surgiu como primeira experiência de articulação concreta de ativistas nesse sentido. Durante sua curta duração enquanto tal (2012-2015), organizaram eventos de divulgação de propostas de políticas públicas alinhadas à sua proposta ideológica e produziram textos sobre os debates em voga na opinião pública alagoana, sempre mantendo uma defesa irrestrita aos principais pilares do liberalismo. Ainda em 2013, lançaram nota de repúdio a respeito do Termo de Ajuste de Conduta acordado entre o Ministério Público do Estado, Polícia Militar e a

⁵⁰ Disponível em: <<https://naoquebreajanela.wordpress.com/2014/05/15/carta-aberta-aos-estudantes-da-ufal/>>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

⁵¹ Disponível em: <<https://naoquebreajanela.wordpress.com/f-a-q/>>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

Federação Alagoana de Futebol que proibia o acesso aos jogos de torcedores trajando indumentária característica de torcidas organizadas:

Os Estudantes pela Liberdade rejeitam a estratégia de segurança definida pelo termo não apenas por sua evidente ineficácia, como também pelos princípios legais e morais contra os quais atenta. Pois, se resta claro a todos os torcedores que frequentam estádios de futebol que os responsáveis pelos lamentáveis episódios de violência neles registrados não são trajes, bonés, ou instrumentos, mas as **pessoas** que cometem os crimes de lesão corporal, formação de quadrilha e mesmo outros, também se devem considerar inegociáveis os princípios da liberdade de manifestação do pensamento e expressão do cidadão, torcedor ou não⁵².

Não obstante o sucesso que representou a consolidação de um setor de ativistas e militantes sob a bandeira do neoliberalismo, os limites que este modelo de organização apresentava restringia o espaço de atuação que o NQJ poderia alcançar. Em se tratando de um grupo de estudos com uma responsabilidade militante, o locus de atuação privilegiado do grupo se deu na Universidade, ainda que sua produção de textos e apresentação de posicionamentos ultrapassasse os assuntos imediatamente relativos à academia. Dessa forma, a partir da articulação com outros grupos de estudos semelhantes atuando em outros estados da região Nordeste do país, foi fundado em 2013 o Instituto Liberal do Nordeste (ILIN):

O Instituto Liberal abrangerá todo o país, sobretudo, todos os estados que compõem o nordeste brasileiro. Além da consultoria e organização de empresas a respeito das perspectivas liberais, a organização realizará a edição de material editorial, bem como livros, revistas, jornais e folhetins. Inclusive parcerias com universidades para a promoção de eventos acadêmicos. [...] a associação é um projeto do grupo “Dragão do Mar” cuja sede é em Fortaleza, do grupo “Frei Caneca” em Recife e “Não Quebre a Janela” em Maceió. O Instituto Liberal do Nordeste conta com apoio da rede Estudantes Pela Liberdade (EPL), do Instituto Mises Brasil (IMB) e do Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL)⁵³.

Como resultado da confluência de esforços de grupos que dividiam uma configuração semelhante, o Instituto surgiu como uma alternativa mais avançada para dialogar com essa etapa embrionária dessa nova onda de ILs que surgiram no período. A partir de então, esses grupos capacitaram-se institucionalmente para operar em campos de atuação que mais se aproximam aos do tradicional IL do Rio de Janeiro, demarcando um novo fôlego para o movimento neoliberal a partir de

⁵² Disponível em: < <https://naoquebreajanela.wordpress.com/2013/03/22/em-defesa-do-torcedor-de-futebol-alagoano-ou-nao/>>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

⁵³ Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/nordeste-ganha-instituto-liberal-autonomo/>>. Acesso em: 14 de set. 2018.

2013. Em entrevista ao *Boletim Liberdade*, em 2017, o então presidente do ILIN Rafael Saldanha Pessoa comenta sobre a necessidade que levou à sua fundação:

Naquele ano, as ideias liberais no Brasil ainda eram restritas a grupos de estudo e com pouca ou nenhuma influência social, de forma que se percebia uma necessidade de aperfeiçoar a abordagem e a imagem dos grupos que tínhamos no Nordeste para um patamar institucional, buscando atuações a partir de um formato mais profissional e que se comunicasse melhor fora dos círculos intelectuais⁵⁴.

A proposta de um Instituto Liberal regional surgiu como uma ousada tentativa de articulação dessas forças políticas “numa região extremamente estatista e conhecida por ser a maior beneficiária dos programas sociais do governo Federal”⁵⁵. Ainda assim, não conseguimos encontrar indícios de uma maior atividade do ILIN no estado. A parcela alagoana que compunha a organização desde sua fundação manteve-se atuante no Instituto por um curto período de tempo. Já em 2015, o grupo encerrou sua atuação no ILIN para fundar o ILA.

A trajetória desse setor em Alagoas e o encerramento de suas atividades no ILIN aponta alguns elementos dignos de nota. Apesar da pouca tradição do movimento liberal no estado, o ILA mostrou-se não ser o elo mais fraco da corrente. O ILIN segue em atividade, apesar de ser escasso o material documental que tivemos acesso sobre sua atuação. Também não conseguimos encontrar materiais que apontem uma possível divergência que tenha culminado no racha das organizações. Mas podemos perceber que, ao lançar o ILA, o setor alagoano rompeu para propor uma atuação autônoma, passando a apresentar um evidente fortalecimento entre seus quadros e consolidou-se como uma força política a parte em um estado carente de organizações nessa tradição ideológica. Pode-se afirmar, com isso, que foi se desenhando o polo mais avançado de discussão de um projeto de sociedade liberal orgânico atuando em Alagoas.

Um dos elementos que permitem que façamos essa interpretação diz respeito aos autores dos textos publicados em sua página e em seus canais de comunicação. Como em outras organizações desse formato, é possível encontrar vários trabalhos e contribuições individuais de autores estrangeiros e referências do

⁵⁴ Disponível em: <<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2017/02/16/receptividade-das-ideias-liberais-no-nordeste-tem-sido-boa-afirma-em-entrevista-presidente-do-ilin/>>. Acesso em: 26 de jan. 2019.

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/nordeste-ganha-instituto-liberal-autonomo/>>. Acesso em: 23 de jan. 2019.

movimento neoliberal no mundo, contudo, uma boa parcela dos textos que tivemos acesso são produzidos pelos próprios integrantes do ILA. Dos 15 textos analisados nesse trabalho, apenas 5 deles são escritos por autores que não constroem a organização, enquanto os demais textos são assinados pelo próprio ILA ou membros da organização. Entre esses textos, boa parte são escritos por membros que não pertencem ao grupo de fundadores do grupo de estudos NQJ. Dois dos textos apresentam notas a respeito de posicionamentos públicos do ILA, sendo os demais textos abordando as mais variadas questões de interesse do movimento liberal.

Os princípios do Instituto retomam as mesmas premissas defendidas nas duas organizações que lhe precederam, sendo possível perceber em sua produção textual a influência do liberalismo radical de Hayek. Seguindo também a esteira da produção do NQJ, o ILA procura avançar na compreensão do problema alagoano para o paradigma liberal e dessa forma alguns textos são destinados exclusivamente a essa temática. Em um de seus textos, o ILA busca apresentar os indicadores que colocam Alagoas como o pior estado brasileiro para desenvolver empreendimentos⁵⁶. Os dados levantados no trabalho são retirados de uma pesquisa desenvolvida pelo Endeavor Brasil, uma Organização Não Governamental de incentivo ao empreendedorismo. O texto apresenta os critérios avaliativos da pesquisa e oferece uma interpretação do problema apresentado:

É fato: o maceioense tem um enorme potencial de empreendedorismo. Na cidade, existe a clara visão do desenvolvimento que o empreendedorismo pode trazer para o dia-a-dia das pessoas e as pessoas também querem ser agentes dessa transformação. Porém, no final do dia, existe um grande empecilho que impede a cidade de avançar: o Estado⁵⁷.

Sempre pautando a necessidade de uma sociedade regida pelo livre mercado, o Instituto visa tecer críticas a processos em pauta na vida política e econômica do país. Durante os debates a respeito do projeto de emenda constitucional 241, aprovada durante o governo de Michel Temer em dezembro 2016, o ILA lança um texto em que sinaliza posicionamento favorável à PEC. O tom do texto segue a reflexão de crítica aos poderes do Estado e à necessidade de

⁵⁶ Disponível em: <<https://medium.com/instituto-liberal-de-alagoas/macei%C3%B3-%C3%A9-a-pior-capital-para-empreender-entenda-o-porqu%C3%AA-223e2b9f387a>>. Acesso em 28 de jan. 2019.

⁵⁷ Disponível em: <<https://medium.com/instituto-liberal-de-alagoas/macei%C3%B3-%C3%A9-a-pior-capital-para-empreender-entenda-o-porqu%C3%AA-223e2b9f387a>>. Acesso em: 29 de jan. 2019.

enxugar os gastos públicos frente à necessidade em controlar a crise econômica pela qual passava o País:

No mês de setembro do presente ano, a dívida pública subiu mais de 1,8% e alcançou o valor de 2,73 trilhões de reais. Esse valor significa a dívida que a elite política contraiu com sua irresponsabilidade fiscal para ser paga com dinheiro dos impostos dessa e das futuras gerações. Ao bater de frente com um número tão imenso, é preciso pensar e discutir alternativas sobre esse problema⁵⁸.

O posicionamento favorável à PEC que congela os gastos públicos pelos próximos 20 anos, apesar de não representar nenhuma surpresa em relação ao papel que o liberalismo cumpre na luta de classes, não evidenciava uma aliança aberta dos setores favoráveis à manutenção do Capital na sociedade brasileira. Antes de mais nada, deve-se entender o ILA como um ator político que se alinha com a ideologia do Livre Mercado da forma mais radical e irrestrita que sua vanguarda consegue concebê-lo. No que diz respeito ao discurso da organização, a defesa dos ideais de liberdade é inegociável. Percebe-se a tônica dessa crítica no texto que trata a respeito das alianças políticas que se firmaram entre setores liberais e conservadores, em que a organização teceu duras críticas a tal prática:

No papel, o conservador vai jurar que este é um acordo onde dois elementos distintos vão se fundir sob uma forma harmoniosa em prol de um objetivo comum. Na prática, significa obter o silêncio dos liberais em todas as suas pautas sociais e deixar o conservadorismo sob o controle. Os fundamentos do liberalismo partem da liberdade individual e auto propriedade, os do conservadorismo passam pela defesa de uma suposta ordem como primeira necessidade e da proteção de tradições. O resultado dessa mistura de filosofias é geralmente um discurso de um livre mercado capenga e uma visão conservadora (ou silenciosa) sobre as questões sociais. O objetivo do presente artigo é apresentar a origem do discurso do fusionismo e evidenciar o quão inconciliáveis são as doutrinas liberais e conservadoras sob a voz dos seus próprios autores⁵⁹.

A crítica do ILA no texto repousa nas elaborações de Russel Kirk e Roger Scruton sobre o conservadorismo e a forma de organização da sociedade. Trazem uma crítica à “política da prudência” de Kirk em contraposição à teoria da “Sociedade Espontânea” de Hayek, argumentando que uma articulação dessas duas propostas seria inconciliável não restando margens para alianças nessa esfera. Sendo o texto citado acima uma elaboração dos próprios militantes do ILA,

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Disponível em: <<https://medium.com/instituto-liberal-de-alagoas/a-morte-do-fusionismo-liberal-conservador-cdd09042582f>>. Acesso em: 01 de fev. 2019.

evidencia-se, pelo menos a nível de discurso, uma ruptura com certas práticas de setores neoliberais brasileiros. Identificam que:

No Brasil, a estratégia fusionista foi importada e influencia diversos grupos e institutos. Mesmo aqueles que possuem somente o termo “liberal” no seu nome. Outro fenômeno brasileiro é o de adeptos do conservadorismo que se envergonham de sua ideologia e se apresentam publicamente como “liberais” ou como “liberais-conservadores”⁶⁰.

O grupo é categórico em assumir que se deve reconhecer e entender a ideologia liberal em determinações teóricas específicas que a identifiquem como tal. A defesa da propriedade privada, do Livre Mercado e de um Estado mínimo não figuram como elementos últimos para o reconhecimento desses grupos, sendo a defesa da liberdade irrestrita do Capital e dos indivíduos o fiel da balança no paradigma do liberalismo. Essa defesa, na percepção do ILA, vai além dos interesses econômicos individuais e deve ser ampliada para todo o corpo da sociedade no sentido de minimizar qualquer mecanismo do Estado de diminuição das liberdades individuais.

Essa percepção radical da necessidade de defesa das liberdades individuais se expressa em sua produção na medida em que, de forma mais explícita do que em outros ILs tradicionais, o ILA busca dialogar também com debates de opressões a minorias. Em texto produzido por uma das dirigentes da organização, o ILA defende a necessidade de superação da estatização do casamento, argumentando que a legislação brasileira vigente sobre o ato repousa em princípios morais que não competem ao Estado legislar:

Partindo, inicialmente, da justificativa da moralidade, urge evidenciar que as concepções morais estão imbuídas em um contexto social onde há pluralidade de indivíduos, que não necessariamente irão compartilhar da mesma perspectiva. Sendo assim, a imposição coercitiva de determinada concepção moral—ainda que esta tenha sido majoritária em determinado contexto—viola a liberdade daqueles que possuam concepções divergentes. Cumpre ressaltar que alguns indivíduos podem concluir que as estruturas tradicionais eventualmente não correspondem satisfatoriamente às suas expectativas e aspirações pessoais. Outrossim, estabelecer proibições legais com bases tipicamente religiosas caracteriza evidente contrassenso em um Estado Laico⁶¹.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Disponível em: <<https://medium.com/instituto-liberal-de-alagoas/pela-desestatiza%C3%A7%C3%A3o-do-casamento-por-que-a-afetividade-antecede-o-estado-d16c1683e5e3>>. Acesso em: 28 de ago. 2018.

Para além de pontuar a necessidade de superar a intervenção do Estado na restrição a construções familiares que não correspondam à forma monogâmica, o texto busca dar visibilidade às minorias que não são contempladas pela legislação, denunciando que seria:

em virtude do monopólio estatal na disciplina dos casamentos que os casais homossexuais precisaram envidar forças em uma opulenta luta pelo reconhecimento do simples direito de se associar com intuito afetivo⁶².

Ainda que o texto não se proponha a tecer considerações mais profundas sobre questões discriminatórias para com a comunidade LGBTQI, os posicionamentos apresentados permitem conferir uma preocupação por parte da organização para com as pautas de minorias comumente associadas a movimentos sociais que se identificam com uma postura política entendida como de “*esquerda*”. Ainda que seja forçoso afirmar que o ILA enquanto força política corresponda a esse campo ideológico, é possível constatar que o grupo apresenta uma posição bastante distante da tradição liberal que flerta com o conservadorismo. É comum encontrar em blogs ou redes sociais de outras organizações de cariz liberal como o próprio ILRJ textos que buscam de alguma forma tecer uma crítica a pautas associadas às minorias. Contudo, não conseguimos identificar nenhum material produzido pelo ILA que ofereça qualquer crítica a essas pautas, sendo esse o posicionamento público mais próximo a dialogar com o tema. Se por um lado esse elemento não necessariamente os coloca em posições distintas num alinhamento ideológico, por outro lado, nos permite entender que a tradição ideológica do Instituto de Alagoas reflete um setor político do neoliberalismo repaginado, fruto de uma conjuntura histórica distinta e, por consequência, respondendo a uma necessidade histórica distinta do movimento neoliberal.

Contudo, apesar de surgir em um período histórico bastante recente com determinações históricas particulares, é possível afirmar que essa nova onda de organizações liberais no Brasil corresponde a uma continuidade da tradição desse setor no País. Dessa forma, ao despontarem novas organizações com apelos de discurso destoantes em alguns pontos, é possível perceber uma continuidade dessa trajetória do qual o ILA é um produto recente. Como expressão dessa continuidade, podemos apontar o surgimento da Rede Liberdade como uma tentativa de articulação dessas organizações a nível nacional. A Rede Liberdade surgiu em

⁶² Idem.

novembro de 2015 e atuou como uma plataforma de mapeamento das organizações liberais em atividade no País como o IEE, ILRJ e ILIN e “tem como propósito reunir e direcionar os esforços na difusão, divulgação e implementação das ideias de liberdade em âmbito nacional”⁶³. O ILA passa a compor o quadro de organizações da Rede em 2016, alinhando-se com as tradicionais organizações do setor em uma reorganização do movimento no Brasil.

Outro elemento que corrobora com a hipótese de que o ILA representa uma continuidade do desenvolvimento desse setor do movimento neoliberal brasileiro diz respeito a sua forma de atuação. Como prática de intervenção política, o Instituto mantém a fórmula de propaganda dos princípios da doutrina liberal nos seus espaços de atuação. Durante o ano de 2016, a organização promoveu o curso de Introdução Geral de pensamento da Escola Austríaca de Economia. O curso se iniciou em março e se estendeu em dois módulos ao longo do ano, sendo realizado na Universidade Federal de Alagoas:

O nosso público-alvo são pessoas que gostem de filosofia política e ciências sociais, independente do grau de instrução, campo do conhecimento em que se gradua ou mesmo da corrente filosófica ou política com a qual se identifica. Todos podem participar ⁶⁴.

Apesar do instituto não manter uma rotina de tradução e publicação de livros periódicos (ainda que traduzam artigos e textos em seu blog), a organização promove eventos de lançamentos de obras que tratem da doutrina liberal lançadas por outras editoras. Em julho de 2016, organizaram junto com o Instituto Liberal Pernambucano (ILPE), Grupo de Estudos Caruaru Livre e o Grupo de Estudos André de Albuquerque Maranhão o lançamento do livro *A Imaginação Totalitária*, de Francisco Razzo, em Maceió⁶⁵. Contudo, não conseguimos identificar outros eventos organizados pelo ILA com a finalidade de lançamentos de livros em Maceió, levando a crer que atividades editoriais não se difundiram de forma tão ampla durante o período de atuação que tratamos nesse trabalho.

⁶³ Disponível em: <<https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=469>>. Acesso em: 28 de ago. 2018.

⁶⁴ Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia.php?c=14240>>. Acesso em: 5 de dez. 2018.

⁶⁵ Disponível em: <<https://medium.com/instituto-liberal-de-alagoas/lan%C3%A7amento-do-livro-a-imagina%C3%A7%C3%A3o-totalit%C3%A1ria-em-macei%C3%B3-d623e3cc87fb>>. Acesso em: 4 de fev. 2019.

Ao traçar as origens organizativas e expressões de atuação do ILA, entende-se de forma mais clara o papel que a organização assume na disputa ideológica em Alagoas. Trata-se da consolidação de um setor que representa uma continuidade do desenvolvimento do movimento neoliberal no Brasil e que ganhou nova progressão na década de 10 dos anos 2000. Contudo, não visamos aqui propor que haja uma relação de reprodução imediata dos *Think Tanks* liberais tradicionais das décadas de 1980 e 1990. Ainda que o ILA se configure como uma organização desse mesmo modelo e herde as formas de atuação tradicionais desses grupos, entendemos que os processos históricos em que se apresentam essas duas levas de organizações correspondem a necessidades distintas e, como tal, se conformam como organizações distintas, sendo a própria composição social dos quadros do ILA representativa nesse aspecto.

Além disso, é importante reconhecer o surgimento do ILA como a expressão mais ousada de articulação de ativistas liberais orgânicos em Alagoas. Tal acontecimento surge no bojo de profundas transformações na dinâmica da luta de classes e sobretudo na correlação de forças dos movimentos sociais no Brasil. É necessário lembrar que o processo de fundação do ILA sucede a criação do ILIN e ambos os processos foram protagonizados pela mesma geração de militantes. Em que pese também a tradição política alagoana, é difícil encontrar qualquer articulação de um setor neoliberal com um programa amadurecido como tal e com um campo de atuação demarcado para além da política parlamentar. Nesse sentido, vale ressaltar que com tão curto tempo de atuação no estado, o grupo conseguiu lançar a candidatura de Marcelo de Arruda como vice-prefeito do candidato João Henrique Caldas, conhecido como JHC, nas eleições de 2016 pela coligação Atitude Faz a Diferença⁶⁶.

Ainda é cedo para compreender os resultados desse processo de organização de um setor liberal em Alagoas. Apesar do curto período de atuação do grupo, sua militância continua em atividade em outras formas de atuação. Contudo, é possível afirmar que a articulação desse setor demarca um novo alinhamento na correlação de forças no país. Em outros estados, adeptos da doutrina neoliberal já despontam em importantes cargos públicos e novas alianças e experiências de

⁶⁶ Disponível em: <<https://www.eleicoes2016.com.br/jhc/>>. Acesso em: 4 de fev. 2019.

organização passam a surgir. Esse novo fôlego de referências políticas neoliberais possivelmente aponta para uma nova fase da política brasileira que cabe ainda ser investigada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho tentamos apresentar um breve histórico da incidência do pensamento liberal no Brasil e o surgimento da corrente neoliberal no País. A partir de um levantamento histórico dessas expressões, buscamos traçar uma trajetória do movimento enquanto força política com potencial de intervenção na realidade social e suas principais características, bem como as transformações mais evidentes que esse setor sofreu em sua trajetória e os desafios que enfrentou durante sua conformação.

Contudo, o objeto central de nossa investigação possui uma origem bastante recente. Ao fazer uma análise sobre o surgimento do ILA e a consolidação desse setor em Alagoas, buscou-se situar o estado na esteira do desenvolvimento de um movimento neoliberal nacional que, até esse período, possuía um espaço de atuação bastante restrito aos principais centros de poder do País, onde o grande empresariado nacional detém de forma mais explícita o controle político e ideológico. O surgimento não apenas do ILA, mas de outras organizações semelhantes em estados periféricos do Brasil sinaliza uma nova tendência nas disputas ideológicas postas na ordem do dia para o país.

O que mudou, então, para em um ambiente aparentemente tão desfavorável à popularização de um discurso tão radical e, no caso de Alagoas, de forma tão eficiente de modo a consolidar um setor?

É bem verdade que, apesar de Alagoas possuir suas referências de pensadores que se alinham a uma perspectiva de sociedade baseada nos princípios do livre-mercado, como o citado Tavares Bastos, o estado carecia de uma tradição de um movimento liberal de vulto com um projeto de sociedade bem definido. Apesar das representações individuais e de suas influências na vida social alagoana, é difícil encontrar indícios de um movimento efetivamente expressivo que se propusesse a atuar fora dos marcos da disputa eleitoral em Alagoas. Ao se lançar na disputa ideológica da sociedade a partir de novos métodos, o ILA e seus predecessores proporcionam uma experiência única para o movimento liberal no estado, chegando a formar uma vanguarda que já apresenta resultados concretos.

Apesar do esforço militante dessa vanguarda – que certamente possuiu o devido mérito por se desenvolver em condições tão específicas – entendemos a consolidação desse setor como o resultado de uma efetiva mudança na correlação de forças do país. O período em que ocorre o crescimento dessas organizações, como é possível constatar, se dá na esteira de uma profunda crise de representações políticas que se manifesta em toda sociedade brasileira. A expressão mais explosiva dessa crise se dá nas manifestações que pararam o país em junho de 2013. Longe de se esgotarem nas pautas imediatas que pintavam os cartazes que foram exibidos nas ruas, as mobilizações expressaram o desgaste das antigas referências políticas que se colocavam em disputa até o momento. É certo que a insatisfação com o governo do PT mobilizou um setor específico da chamada “*nova direita*” a partir das mobilizações, mas é possível entender aquele movimento como, de fato, uma recusa à esfera da política parlamentar como um todo.

Não obstante, um ambiente de instabilidade dessa magnitude abre margem para novos atores políticos se colocarem como alternativa para dialogar com as insatisfações que se apresentam. Não apenas o neoliberalismo passa a ganhar projeção, como também diversas perspectivas políticas irão ganhar visibilidade no caldeirão da revolta popular que toma conta da sociedade. A partir dessa perspectiva, é compreensível que as mais diversas formas de organização e as mais distintas fundamentações ideológicas possam ganhar projeção na disputa de consciência do país, ainda que nem todas se consolidem enquanto um setor de fato.

Não temos a intenção de traçar uma determinação férrea entre os acontecimentos de junho de 2013 e o surgimento de uma segunda onda de Institutos Liberais no Brasil, porém, como pudemos ver nos dados apresentados nessa pesquisa, os números de organizações que surgem no período acompanham a cronologia dos fatos que se seguem. De certo, vários outros elementos devem ser ponderados nessa trajetória. A influência de figuras específicas como Rodrigo Constantino assumindo cargos de direção dessas organizações, por exemplo, de fato representou uma distinção nas formas de atuação clássicas que esses grupos adotaram e é um elemento que deve ser levado em consideração. Porém o ambiente favorável ao debate e à popularização de percepções alternativas de leitura da realidade certamente surge como um elemento decisivo para a compreensão desse fenômeno que ainda segue em desdobramento.

De lá para cá, impérios e heróis se ergueram, alguns se sustentam em suas botas, outros foram lançados novamente para o anonimato ou para o ostracismo. No seio das disputas ideológicas, várias discussões ainda levantam inquietações no momento de entender o que nos colocou em tão particular situação histórica. Buscamos aqui levantar algumas inquietações a respeito de um dos elementos que compõem essa confusa e nova correlação de forças que se apresenta no momento. Os desdobramentos desse novo movimento histórico ainda seguem em curso e necessitam novos olhares para uma melhor visualização dos melhores passos nessa disputa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Eide Sandra Azevedo. **O evangelho do comércio universal: O desempenho de Tavares Bastos na Liga Progressista e no Partido Liberal (1861-1872)**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARRUDA, Marcelo de. **A morte do fusionismo liberal-conservador**. Disponível em: <<https://medium.com/instituto-liberal-de-alagoas/a-morte-do-fusionismo-liberal-conservador-cdd09042582f>>. Acesso em: 1 de fev. 2019.

BOLETIM DA LIBERDADE. **Receptividade das ideias liberais no Nordeste tem sido boa, afirma em entrevista presidente do ILIN**. Disponível em: <<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2017/02/16/receptividade-das-ideias-liberais-no-nordeste-tem-sido-boa-afirma-em-entrevista-presidente-do-ilin/>>. Acesso em: 26 de jan. 2019.

BONFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. A Questão Federativa no Segundo Reinado: O sopro liberal de Aureliano Tavares Bastos liberalismo. **Relevâncias – Revista de Geografia**, São Paulo, SP, ano 1. n. 1, p. 7-25, jan/jun de 2016.

BUARQUE, Gabriela. **Pela desestatização do casamento: porque a afetividade antecede o Estado**. Disponível em: <<https://medium.com/instituto-liberal-de-alagoas/pela-desestatiza%C3%A7%C3%A3o-do-casamento-por-que-a-afetividade-antecede-o-estado-d16c1683e5e3>>. Acesso em: 28 de ago.

CHALOUB, Jorge; PERLLATO, Fernando. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. In Encontro Anual da ANPOCS,39, 2015, Caxambu. **Anais**. Caxambu, MG, 2015.

ELEIÇÕES 2016. Disponível em: <<https://www.eleicoes2016.com.br/jhc/>>. Acesso em: 4 de fev. 2019.

FRIEDERICHS, Lidiane Elizabete. A importância dos Think Tanks para a divulgação do neoliberalismo no Brasil. **Faces de Clio**, Juiz de Fora, MG, v. 2, n. 4, p. 109-129, jul-dez de 2016.

GAZETA WEB. **Grupo de estudos sobre liberalismo reúne estudantes de vários cursos**. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia.php?c=14240>> Acesso em: 5 de dez. 2018.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, SP, 2002.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque; EULÁLIO, Alexandre; RIBEIRO, Leo Gilson. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p 41-46.

INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS. **Quem somos**. Disponível em: <<http://iee.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 29 de set. de 2018.

INSTITUTO LIBERAL. **Nossa História**. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/historia-2/>>. Acesso em 29 de set. de 2018.

INSTITUTO LIBERAL. **Sobre o Instituto Liberal**. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/>>. Acesso em 29 de set. 2018.

INSTITUTO LIBERAL DE ALAGOAS. **Lançamento do livro ‘A Imaginação Totalitária’ em Maceió**. Disponível em: <<https://medium.com/instituto-liberal-de-alagoas/lan%C3%A7amento-do-livro-a-imagina%C3%A7%C3%A3o-totalit%C3%A1ria-em-macei%C3%B3-d623e3cc87fb>>. Acesso em: 4 de fev. 2019.

INSTITUTO LIBERAL DE ALAGOAS. **Maceió é a pior capital para empreender; entenda o porquê**. Disponível em: <<https://medium.com/instituto-liberal-de-alagoas/macei%C3%B3-%C3%A9-a-pior-capital-para-empreender-entenda-o-porqu%C3%AA-223e2b9f387a>>. Acesso em 28 de jan. 2019.

INSTITUTO LIBERDADE. **O instituto**. Disponível em:
<<http://institutoliberalidade.com.br/o-instituto/sobre/>>. Acesso em 29 de set. de 2018.

MARINHO, Rodrigo Saraiva. **Nordeste ganha Instituto Liberal autônomo**. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/nordeste-ganha-instituto-liberal-autonomo/>>. Acesso em: 14 de set. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, Istiván. **A Crise Estrutural do Capital**. 2 ed. rev. e ampliada. Boitempo: São Paulo, 2011.

MÉSZÁROS, Istiván. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria de transição. 1 ed. reveisada. Boitempo: São Paulo, SP, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

NÃO QUEBRE A JANELA. **Carta aberta aos estudantes da UFAL**. Disponível em: <<https://naoquebreajanela.wordpress.com/2014/05/15/carta-aberta-aos-estudantes-da-ufal/>>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

NÃO QUEBRE A JANELA. **Em defesa do torcedor de futebol (alagoano ou não)**. Disponível em: <<https://naoquebreajanela.wordpress.com/2013/03/22/em-defesa-do-torcedor-de-futebol-alagoano-ou-nao/>>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

NÃO QUEBRE A JANELA. **F.A.Q.** Disponível em:
<<https://naoquebreajanela.wordpress.com/f-a-q/>>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

OLIVEIRA, Rafael Lins. **Quem somos**. Disponível em:
<<https://naoquebreajanela.wordpress.com/quem-somos-3/>>. Acesso em 25 de jan. 2019.

ONOFRE, Gabriel. Friederich Hayek e os liberais brasileiros na transição democrática. **Revista Crítica Histórica**. Maceió, AL, ano 5, n. 10, p. 194-216, dez. de 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor As Batatas**. 4.^a ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.